



NUMISMÁTICA

ASSOCIAÇÃO NUMISMÁTICA DE PORTUGAL

LISBOA

In Memoriam



**PROF. HELDER BATISTA
(†2015)**

ANO XLII

119

V SÉRIE

JAN. - JUN. 2015

ASSOCIAÇÃO NUMISMÁTICA DE PORTUGAL

Fundada por despacho da Secretaria de Estado da instrução
e Cultura de 20/11/1973

Associação Cultural e Científica (D.R. n.º 248, III.ª série, 26/10/1995)

Instituição de Utilidade Pública (D.R. n.º 38, II.ª série, 14/11/1996)

Sede e Redacção: Rua Angelina Vidal, 40, R/C, 1170-020 LISBOA

Telefs.: 218 125 142 e 218 122 725 (incl. FAX)

anpgeral@anumismatica.org.pt

anppermutas@anumismatica.org.pt

www.anumismatica.org.pt

A A.N.P. e a direcção da «NUMISMÁTICA» não poderão ser responsabilizadas pelas diversas opiniões expressas pelos colaboradores. Nos termos da lei, reservados todos os direitos de reprodução, total ou parcial, com excepção de pedido prévio de autorização.

EDITORIAL

O ano de 2015 está aí e a «NUMISMÁTICA» dá início à V série de publicação. ... Neste ano, a Associação continua a arrumar contas, simplificar processos, renovar/alterar ou manter contratos, catalogação e arrumação do património (medalhas, biblioteca, etc.). Apresenta-se o Relatório e Contas do Exercício referente ao Ano de 2014.

Realizou-se a Permuta da A.N.P., N.º 136, de que se dá notícia neste número, e uma lista de “Ofertas por Correspondência” (até Abril/2015).

Em termos nacionais há a destacar:

- A morte dos escultores Helder Batista (1932-†2015) e de Niels Fisher (1937-2015), este de nacionalidade dinamarquesa mas radicado em Portugal há várias décadas;
- O lançamento da moeda PROOF sobre o Fado que tem tido larga procura;
- Mudança das instalações da revista «MOEDA»;
- O VII Aniversário do Fórum dos Numismatas do Algarve (Quarteira, 1-3/Maio, 2015).

Em termos de doações feitas à A.N.P., directamente ou a pedido, destacamos a colossal oferta de 356 catálogos internacionais (Alemanha, E.U.A., França, Suíça, etc.), feita pelo sócio Eng. Parcídio Campos Matos, em Abril de 2015, e que se encontram já descritos e catalogados na nossa sede (mais de 25 mil páginas). Também na sequência da mudança das instalações da «MOEDA», a nossa congénere ofereceu-nos diverso material bibliográfico. Outras doações foram feitas, e de que daremos notícia no próximo número.

Importante de salientar, que na sequência das diligências efectuadas pela A.N.P. neste 1.º semestre, a Direcção-Geral do Património Cultural (D.G.P.C.), através do Anúncio n.º 77/2015, do D.R. de 29 de Abril, Despacho n.º 4327/2015, abriu um processo de classificação como Tesouro Nacional da colecção numismática Carlos Marques da Costa, pertença do actual do Novo Banco, e que a nível nacional é o mais importante e valioso conjunto existente em Portugal.

Em termos internacionais destacamos:

- A morte da Dr.ª Ruiz Trapero (Esp.) e de Margo Russell (1919-2015, dos E.U.A.), mulheres ligadas à Numismática, embora de modos diferentes;
- A emissão conjunta de 2 € pelos países da U.E. no corrente ano.

Isto não é tudo, como se verá ao longo da leitura deste N.º 119. Seja como for, continuaremos a defender a Ciência Numismática pelos meios, modos e processos ao dispor, esperando colaboração e empenho dos que desejarem acompanhar-nos nesta senda numismática.

O Director

Jaime Manuel Martins Ferreira

«NUMISMÁTICA»

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL DA ASSOCIAÇÃO NUMISMÁTICA DE PORTUGAL

ooooo

ANO XLII • V.^a SÉRIE • N.º 119 (Jan./Jun., 2015)

DIRECTOR: Jaime Manuel Martins Ferreira

**Colaboradores: Eng. Costa Magro, Manuel Félix Sousa Geada,
Dr. Correia Noras, Dr. António Castro Henriques e Hélder da Silva.**

Participação fotográfica: Cipriano Dias Rocha

Distribuição gratuita aos Sócios. Preço de venda: €5,00

Composto e impresso na GTO 2000, Lda. – Bombarral

Depósito legal n.º 151622/00.

ÍNDICE GERAL

- EDITORIAL p. 1
- ÍNDICE GERAL p. 2
- IN MEMORIAM PROF. HELDER BATISTA (1932-2015)
(Jaime M. M. Ferreira) p. 3-7
- UM FRAGMENTO DA CASA DOS CONTOS E O SEU CONTRIBUTO
PARA A HISTÓRIA MONETÁRIA (*Dr. António Castro Henriques*) p. 8-17
- SOBRE SISTEMAS MONETÁRIOS PORTUGUESES E O “DINHEIRO
DE EMERGÊNCIA” DE ALMEIDA - Cont. (*Dr. José Miguel Correia Noras*) p. 18-26
- O TONEL DE OURO, MOEDA DE CONTA DO SÉCULO XVII
(Eng. A. F. Costa Magro) p. 27-28
- “PIPA DE MASSA” (Jaime M. M. Ferreira) p. 29-30
- VIDA ASSOCIATIVA
 - Relatório e Contas de Exercício referente ao ano de 2014 p. 31-36
 - 136.^a Permuta p. 37-39
 - “PÚBLICO LOUVOR” ATRIBUÍDO PELA S.N.S.
AO DIRECTOR DA «NUMISMÁTICA» p. 40
 - INTERCÂMBIOS NUMISMÁTICOS VÁRIOS p. 42-45
- OUTROS ACONTECIMENTOS E REALIDADES NUMISMÁTICAS (J. F.) p. 46-47



In Memoriam HELDER BATISTA (1932-2015)

Jaime M. M. Ferreira

... Deixou-nos no passado 21 de Fevereiro o grande *Mestre* Helder Batista.

Helder Ernesto Coelho Batista nasceu em Vendas Novas no ano de 1932; morreu em Lisboa, em 21/02/2015.

Casapiano, professor e escultor português, pertencia à terceira geração de artistas modernistas portugueses. (Wikipedia, 2015)

A sua formação académica é feita na Casa Pia de Lisboa e depois na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. Foi bolseiro da Casa Pia de Lisboa – 1950 a 1955, bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian em Roma, 1958 –, bolseiro do Instituto de Alta Cultura em Milão 1960 e bolseiro da Secretaria de Estado da Cultura do México 1980, foi professor nas Escolas Secundárias Eugénio dos Santos, Marquês de Pombal, Casa Pia de Lisboa e António Arroio, Professor dos Cursos Nocturnos da Sociedade Nacional de Belas-Artes, Durante 33 anos foi professor na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, hoje Faculdade, de onde saiu como Professor Associado,

Por eleição, fez parte da Direção e Conselho Técnico da Sociedade Na-

cional de Belas-Artes (S.N.B.A.), durante 15 anos, sendo Académico Correspondente da Academia Nacional de Belas-Artes (A.N.B.A.), membro do Conselho Numismático da INCM - Imprensa Nacional - Casa da Moeda; membro fundador do grupo Anverso/Reverso (grupo A/R) e membro da A.N.S. - The American Numismatic Society, etc..

Participou em diversas exposições colectivas, entre as quais a I, II e III Exposições de Artes Plásticas da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa (1957, 1961, 1986). E ainda: XXI FIDEM, Colorado Springs, USA (1987); Europália Portugal 91, Medalha Portuguesa no séc. XX, Namur e Bruxelas (1991); XXIII FIDEM, Londres, Prémio Calouste Gulbenkian (1992); Contemporary Portuguese Medal Art - Budapeste; XXIV FIDEM Budapeste, Prémio Johnson para a Melhor Medalha Cinhada (1994); XXV FIDEM – Neuchâtel (1996); Anverso e Reverso + 3, Nova Iorque, Anverso e Reverso + 3, Quioto, Japão; XXVI FIDEM, Haia (1998); The Stanford Saltus Awards Into the Next Century, Nova Iorque (1999); XXVII FIDEM, Weimar (2000); etc.

Mas o mundo da Medalhística não era o seu único mundo!

Helder Batista esteve ligado à Numismática nos projectos da moeda do «X Aniversário do 25 de Abril'1974», e das moedas de latão de 1\$00, 5\$00 e 10\$00, que precederam o Euro (€). Também é o autor da moeda comemorativa da Independência de Cabo Verde (AV, 2500 escudos cabo-verdeanos, 1975); é ainda o autor da moeda dos 150 Anos da 1.ª linha férrea em Portugal (2006, AR 500‰, 8 €). Fez parte do Conselho Numismático da INCM, como se disse atrás, e era defensor do fabrico de moedas/medalhas por escultores diplomados e experientes.

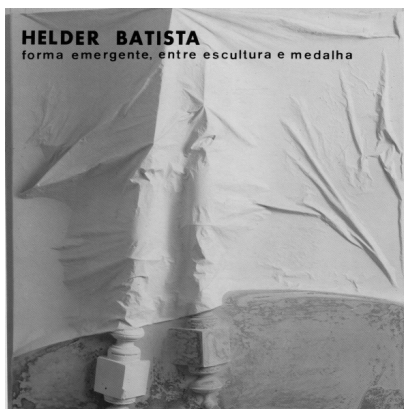


X Aniversário do «25 de Abril de 1974»

Moeda da autoria de Helder Batista

As suas concepções sobre moedas e medalhas nem sempre coincidiam com o que era veiculado nos meios numismáticos e medalhísticos mais tra-

dicionais. Eu próprio, que não conheci o Mestre – mas só a sua obra –, discordei de alguns projectos concretizados de medalhas; hoje e agora, porém, não é o momento de salientar tais discordâncias.



Rocha de Sousa: *Helder Batista - Forma Emergente entre Escultura e Medalha*, ed. INCM, Lisboa, 1986.

Helder Batista, para além de *Grande Mestre* da Medalhística Portuguesa, também era um expoente máximo a nível internacional da medalha-objecto ou medalha-construída; era membro da FIDEM - *Federation Internationale de la Médaille*. Além do ensino, participou em várias FIDEM'S:

- 1979** – XVIII FIDEM – Lisboa;
- 1983** – XIX FIDEM – Florença;
- 1985** – XX FIDEM – Estocolmo;
- 1987** – XXI FIDEM - Colorado Springs – USA;
- 1992** – XXIII FIDEM - Londres - Prémio Calouste Gulbenkian;
- 1994** – XXIV FIDEM Budapeste (Hungria);
- 1996** – XXV FIDEM – Neuchâtel (Suíça);
- 2000** – XXVII FIDEM – Weimar (Alemanha)
- 2004** – XXVIII FIDEM'2004, Seixal (Portugal).

O escultor e *Mestre* Helder Batista, foi medalhista e desenhador, e autor de obra significativa no domínio da Estatuária e da Medalhística. Trabalhou e conversou até ao fim, o *Mestre* que durante 33 anos foi professor da ESBAL.

Foi este o Homem, o Artista e o Grande Mestre da Medalhística Portuguesa, um dos maiores do séc. XX, que nos deixou no passado Fevereiro deste ano.

Executou várias esculturas públicas, das quais se destacam:

- 1968** – Relevo em pedra para a Escola Primária de Benfica - Lisboa
- 1969** – Estátua de Vasco da Gama em bronze - Vidigueira
- 1970** – Escultura em betão policromado no L.N.E.C. – Lisboa
- 1973** – Escultura em pedra no Hospital do Funchal - Madeira
- 1974** – Escultura em bronze na Faculdade de Economia – Porto;
- 1980** – Escultura em ferro na Direcção Geral de Portos – Lisboa;
- 1992** – Monumento a Pina Manique em bronze na Casa Pia de Lisboa – Lisboa;
- 1992** – Monumento em aço *corten* ao 4 de Outubro;
- 1910** – Loures, 1.º Prémio de Concurso Nacional;
- 1994** – Monumento à Paz em betão policromado - Seixal. 1.º Prémio do Concurso por Convite;
- 1996** – Monumento ao Resistente Anti-Fascista Alentejano em betão pintado - Montemor-o-Novo; 1.º Prémio de Concurso por Convite Monumento ao Poder Local Democrático em aço *corten* na Amora – Seixal; 1.º Prémio de Concurso Nacional;
- 2000** – Monumento ao 25 de Abril em aço *corten* – Oeiras;

Exposições Individuais

- 1968** – 7 Esculturas - Galeria Interforma – Lisboa;
- 1969** – Retrospectiva - L.N.E.C. – Lisboa;
- 1972** – Escultura - Galeria – Opinião;
- 1986** – Escultura e Medalha - Imprensa Nacional - Casa da Moeda - Lisboa;
- 1992** – Como nasce um Monumento - Museu Municipal – Loures;
- 1994** – Escultura e Medalha - Galeria Municipal de Arte – Almada;
- 1995** – Relevos - Forum Cultural- Seixal; Relevos - Galeria Municipal - Montemor-o-Novo;
- 1997** – Punções e Matrizes - Escultura de Helder Batista - Casa do Bocage – Setúbal;
- 1998** – Helder Batista, *A Retrospective - American Numismatic Society - New York*; Medalhas de Helder Batista - Galeria Municipal - Vila Franca de Xira;
- 1999** – Topografias Emergentes - Casa da Cultura - Santa Cruz Madeira;
- 2001** – Harmonia dos Contrários - Centro Cultural Casapiano – Lisboa.

Exposições Internacionais

- 1958 – Salão de Hóspedes de Roma – Roma;
1979 – XVIII FIDEM – Lisboa;
1983 – XIX FIDEM – Florença;
1985 – 10 Sculptors - Portuguese National Touristic Office - New York - XX FIDEM – Estocolmo (Suécia);
1987 – XXI FIDEM - Colorado Springs – U.S.A.;
1991 – Europália Portugal 91 – Medalha Portuguesa no séc. XX - Namur e Bruxelas (Bélgica);
1992 – XXIII FIDEM - Londres - Prémio Calouste Gulbenkian;
1994 – Contemporary Portuguese Medal Art - Budapeste; XXIV FIDEM Budapeste (Hungria),
Prémio Johnson para a Melhor Medalha cunhada;
1996 – XXV FIDEM – Neuchâtel (Suíça);
1998 – Anverso e Reverso + 3 - New York; Anverso e Reverso + 3 - Quioto - Japão; XXVI FIDEM - Haia (Holanda);
1999 – *The Stanford Saltus Awards Into the Next Century - New York* (E.U.A.);
2000 – XXVII FIDEM – Weimar (Alemanha).

Bibl. (de Helder Batista e outros autores):

- (1986): *Escultura de Helder Baptista*, in Diário de Notícias, *lb.*, 23/Dez.;
- (1991): *Portugal na Europália'91*, in Público (O), *lb.*, 19/Nov.;
- (2004): *O sentido e os limites da medalha contemporânea*, in FIDEM'2004, Seixal;
- **GOMES, Teixeira**
(1998): *Helder Batista - Protagonista da Renovação da Arte da Medalha em Portugal*, in Clube «O Coleccionador»;
- **MARQUES, Alfredo**
(1968): *O Problema dos espaços na Escultura de Helder Batista*, in Diário Popular, Lisboa;
- **OLIVEIRA, Mário de**
(1986): *As Esculturas de Helder Batista*, in DN;
- **PAIS, Sélles**
(1962): *O Escultor Helder Batista*, in DN;
(2000): *O Canto da Alvorada - 25 de Abril no Concelho de Oeiras*, ed. C.M., de Oeiras;
- **SINEK, Manuela e, QUEIROZ, Brás**
(1999): *Escultores Contemporâneos em Portugal*, ed. ESTAR;
- **SOUSA, Rocha de**
(1986): *Helder Batista - Formas Emergente entre Escultura e Medalha*, ed. Imprensa Nacional - Casa da Moeda;

TRIGUEIROS, António M.

- (2015): *O Adeus ao Mestre*, in Moeda, n.º 1, XL, n.º 1, Jan./Mar., ed. Publinummus, Lisboa, pp. 22-25. ■

UM FRAGMENTO DA CASA DOS CONTOS E O SEU CONTRIBUTO PARA A HISTÓRIA MONETÁRIA²⁰⁰

António Castro Henriques

Faculdade de Economia – Universidade do Porto ; Instituto de Ciências Sociais –
Universidade de Lisboa

Resumo

O presente artigo interpreta e publica um importante fragmento documental, atribuível a finais do século XIV. O fragmento, que parece resultar de uma tomada de contas, contém informações sobre a prata utilizada para cunhar um tipo de moeda até agora desconhecida: o pelado. A data desta cunhagem, o seu contexto político e fiscal, bem como o principal interveniente são identificados neste artigo.

Palavras-chave

Cunhagem; fragmento; moeda; Portugal.

Abstract

The present paper interprets and transcribes an important late fourteenth-century documentary fragment. The original document was likely a record of an audit by the royal officers, but its considerable importance lies in providing the details of a hitherto unknown fractional coin: the peelado. The paper identifies the date, the political and fiscal context and the treasurer that organised the minting of this coin.

Keywords

Coinage; fragment; minting; Portugal.

Artigo recebido em: 08.01.2013 | Artigo aceite para publicação em: 03.04.2013

© *Fragmenta Historica* 1 (2013), 109-120. Reservados todos os direitos. ISSN 1647-634

²⁰⁰ O autor escreve segundo as normas no Novo Acordo Ortográfico.

A servir de guarda ao livro que contém o foral de Colos de 1510²⁰¹ está um fólio em pergaminho truncado na sua parte superior com uma escrita atribuível paleograficamente aos finais do século XIV ou inícios do seguinte.²⁰² Como indica a frase “*Esto que adeante segue en grosa per algarismo he o que foy ora despeso...*” é o fragmento de uma “recadação”, ou seja do registo de uma auditoria a um funcionário, neste caso um tesoureiro, conduzida pelos contadores do rei.²⁰³ Muito provavelmente o fólio terá sido arrancado de um livro da Casa dos Contos.

A importância deste achado cujo texto que aqui se transcreve (v. *infra*) não se esgota na raridade do tipo documental “recadação” ou na falta de documentação sobre a Casa dos Contos. Ao indicar a prata e as moedas fundidas na cunhagem de uma moeda de bilhão, este fragmento é um testemunho único da composição do numerário em circulação e revela a existência de uma moeda até agora desconhecida da bibliografia numismática (o *peelado*).

No entanto, a sua utilidade fica limitada pela falta de datação. As moedas citadas foram cunhadas por Fernando I, o que indica que o documento só se pode reportar a este reinado ou ao Interregno ou, quando muito, aos inícios do reinado de João I. Pode-se dizer com maior rigor que os acontecimentos a que reporta são posteriores à cunhagem do pilarte ou coroadado (1371) e à cunhagem maciça dos reais de 10 soldos que expulsam da circulação as moedas fernandinas (um processo que estaria concluído em 1386). As páginas que se seguem procuram datar esta operação e integrar os dados deste fragmento nos conhecimentos consolidados sobre a história monetária portuguesa das décadas de 1370 e 1380, um período complexo

e, apesar de bem estudado, com aspectos ainda pouco conhecidos.

O fragmento lista a quantidade e qualidade das ligas de prata fundidas para criar o *peelado*. Estes dados validam em grande medida as afirmações de Fernão Lopes e as análises metrológicas experimentais feitas por Gomes Marques e Peixoto Cabral para as moedas fernandinas²⁰⁴. Assim, confirma-se que a lei das *barbudas* e *graves* era de três dinheiros (25% de prata), enquanto os *pilartes* eram da lei de dois dinheiros (16,(6)%). Porém, o documento atribui ao *forte* a lei de quatro dinheiros enquanto o resultado experimental obtido para a mesma moeda é de dez dinheiros, uma divergência difícil de explicar.²⁰⁵ A inclusão dos *gentis*, uma moeda de ouro, junto com a prata e o bilhão é surpreendente. Tendo em conta que o fragmento é relativo a uma operação de cunhagem de moeda de bilhão, a única explicação para a inclusão dos *gentis* é que se retirou deles o seu conteúdo de prata. Se assim foi, é pouco provável que a cunhagem do *peelado* se tenha feito apenas com as rotineiras entregas de prata na Casa da Moeda. Com efeito, só circunstâncias muito excepcionais poderiam aconselhar aos privados a entrega voluntária de moeda de liga de ouro e prata e receber apenas o preço dos metais presentes. Este pormenor tem alguma importância na interpretação desta operação como se verá *infra*.

Importa reiterar que o fragmento apresenta um dado inteiramente novo relativamente aos conhecimentos actuais: a moeda designada como *peelado*. Esta moeda é descrita como sendo de talha de 20 libras por marco. Dito de outra forma, cada marco de liga (229,5 g) permitia obter um conjunto de moedas no valor nominal de 20 libras/400 soldos.²⁰⁶ Tendo em conta que a prata contida

²⁰¹ ANTT, *Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, Liv. 62.

²⁰² Este fragmento foi identificado por Pedro Pinto (Centro de Estudos Históricos) a quem agradecemos a indicação e o contributo para a correcta transcrição.

²⁰³ Note-se que “*recadaçom*” tanto designa o processo de tomada de contas como o próprio registo oficial desse processo.

²⁰⁴ Mário Gomes Marques e João Manuel Peixoto Cabral, “Evolução Cronológica da Numária de Dom Fernando”, in *Numismatica*, N.º 35, Out-Dez. 1984, pp. 17-23.

²⁰⁵ *Idem*, p. 18.

²⁰⁶ A talha era normalmente empregue para designar o número de moedas por marco de prata fina (de 11 d.).

na moeda era apenas da lei de 1 dinheiro e 16 grãos (1,(6) dinheiros ou 13,33%), o conteúdo argênteo de cada *peelado* de 1 soldo seria, em média, de 0,0765 gramas. O peso desta moeda era de 0,57375 gramas (13,77 grãos de marco).²⁰⁷

As características metroológicas do *peelado* não correspondem a nenhuma das moedas identificadas e descritas metrologicamente pela bibliografia²⁰⁸, onde tão-pouco se encontra referência ao termo *peelado*.²⁰⁹ Tendo em

No entanto, neste caso, refere-se certamente ao valor monetário (em moeda de conta) que é possível produzir a partir de um marco de prata de liga. Sobre os conceitos de talha e lei, cf. Mário Gomes Marques, *História da moeda medieval portuguesa*, Sintra, Instituto de Sintra, 1996, pp. 19-20, 23-24.

²⁰⁷ Sobre estes dados: ver Tabela I.

²⁰⁸ Maria José Pimenta Ferro, *Estudos de História Monetária Portuguesa: 1383-1438*, Lisboa, Escola dos Deficientes das Forças Armadas, 1974; Mário Gomes Marques, *Moedas de D. Fernando*, Lisboa, 1978; Mário Gomes Marques, *História da moeda medieval portuguesa*, Sintra, Instituto de Sintra, 1996.

²⁰⁹ Do ponto de vista estilístico, do vasto conjunto das moedas fernandinas, a única que cabe na designação *peelada* é a convencionalmente chamada “tornês de busto” (Mário Gomes Marques, *Moedas de D. Fernando*, Lisboa, 1978). Como refere Fernão Lopes, Pedro I lavrou torneses em que o anverso apresentava “cabeça d'homem com barvas grandes e coroa em ella” (Mário Gomes Marques, *Moedas de...*, p. 97). Ora, nos torneses “de busto” de Fernando I, a efigie coroada apresenta-se sem barbas, ou seja *pelada*. Contudo, os dados metroológicos apontados por Mário Gomes Marques para o “tornês de busto” são incompatíveis com a informação presente do fragmento. Enquanto o tornês “de busto” apresenta uma lei de 3 dinheiros e um peso médio de 3,61 gramas, a presente moeda era de “leij de j dinheiro xbj graons” e o seu peso médio inferior a um grama. Há, ainda assim, um discreto argumento que permite inserir esta pequena moeda no tipo tornês: o valor nominal de 2 soldos que Teixeira de Aragão, sem citar qualquer fonte, atribui ao tornês no final do reinado de Fernando I (Augusto Carlos Teixeira de Aragão, *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, Vol. I, Porto, Livraria Fernando Machado, 1964, 2.ª ed. (1.ª ed. 1874), p. 191). Se assim for, talvez o *peelado* aqui documentado seja o “tornês petite”, referido por Fernão Lopes. Nesse caso, ao contrário do que indica Gomes Marques (Mário Gomes Marques, *Moedas de...*, p. 82; Mário Gomes Marques, *História da moeda medieval portuguesa*, Sintra, Instituto de Sintra, 1996, p. 91), o tornês petite não seria o meio tornês mas sim um tipo de moeda diferente como, aliás, sugere Fernão Lopes, ao distinguir

conta as emissões diminutas de algumas das moedas fernandinas, a ausência dos *peelados* da documentação sobrevivente e dos achados numismáticos não seria demasiado surpreendente.²¹⁰ No entanto, há uma alternativa mais clara: é possível identificar o *peelado* com as frações do *real de dez soldos* do reinado de João I identificadas por M. Gomes Marques.²¹¹ Advertindo embora que estas moedas divisionárias “nunca foram objeto de estudo metroológico cuidado”, este numismata sugere que uma delas se podia considerar como um “real de dois soldos”.²¹²

Numa perspectiva metroológica, a intuição de Gomes Marques é correta: a talha, a lei e o conteúdo argênteo do *peelado* adequam-se bem ao sistema dos primeiros reais de dez soldos joanino (ver tabela 1 *in fine*). No entanto, a ausência de informação experimental das frações do real impede que se identifique os *peelados* com estas. A quantidade de prata por libra das cunhagens fernandinas (ver tabela 1) também permite conjecturar que a cunhagem do *peelado* foi anterior a Julho de 1372, o momento da diminuição do valor nominal das barbudas, graves e coroados.²¹³ De uma forma ou de outra, note-se que o período posterior ao “ciclo da moeda febre” (que termina em 1372) é “do ponto de vista da cronologia monetária extremamente obscuro”.²¹⁴ Por

no excerto acima transcrito a série do “tornês primeiro” com o valor de oito soldos do “tornês petite”.

²¹⁰ É o que afirma Fernão Lopes: “outras moedas que el-rei dom Fernando fez, assi como fortes de prata, que valliam dez soldos, e outros de vinte, e torneses primeiros d’oito soldos, e torneses petites, e dinheiros novos aliados a oito grãos, e d’outras leis e preços desvaierados nom curamos mais de fazer meençom por nom alongarmos, desi porque sse lavrou pouca d’ella” (Fernão Lopes, “Cronica Delrei Dom Ffernando Primeiro Rey Deste Nome”, in *Crónica de D. Fernando*, ed. Giulano Macchi, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2004, cap. LV, p. 191).

²¹¹ Mário Gomes Marques, *Moedas de...*, p. 108, tipos 'e' e 'f'.

²¹² *Idem*, p. 110.

²¹³ António Castro Henriques, *State Finance, War and Redistribution in Portugal. 1249-1527*, University of York, 2008, quadro 5.

²¹⁴ Mário Gomes Marques e João Manuel Peixoto Cabral, “Evolução Cronológica...”, p. 18.

consequente, não é possível identificar os *peelados* com os “reais de dois soldos” com plena segurança. Até que ponto é que uma análise das operações permitiria elucidar a identificação do *peelado*?

As duas operações apresentadas no documento são de amplitude muito diferente. A primeira envolve a cunhagem de somente 850 marcos de prata (de várias ligas) na forma de moeda de baixo valor (dinheiros e pilartes) e de alguma cisalha. A segunda operação foi muito mais vasta, já que foram fundidos quase dez mil marcos de ligas de prata e o metal foi obtido de baixela, de prata em barra e de moedas de alto valor (*graves, barbudas, fortes e gentis*), além da cisalha e da moeda miúda. Como já foi notado, a presença dos *gentis* indica que a segunda operação dificilmente se explica pela entrega rotineira de prata na Casa da Moeda por parte dos privados.

Uma diferença importante é que, como indica o fragmento, a segunda operação envolveu as autoridades concelhias. No período 1371-86, a participação dos concelhos na cunhagem de moeda verificou-se, pelo menos, em duas ocasiões: o saneamento da moeda em circulação promovido por Fernando I com “acordo dos concelhos” entre Fevereiro e Abril de 1378 ou o pedido acordado nas Cortes de Coimbra (Abril de 1385). Assim, fica excluída a identificação do *peelado* com o sistema *barbuda-grave-coroado* que vigorou antes das Cortes do Porto de 1372. Em qual das duas ocasiões se enquadra o presente registo?

A 8 de Fevereiro de 1378, Fernando I ordenou aos concelhos que lançassem talhas e fintas entre os seus habitantes para obter a quantidade de moeda necessária para uma operação de recunhagem das *barbudas* emitidas no Porto, bem como de moedas estrangeiras e falsas.²¹⁵ A ordem, tal como declara a cópia sobrevivente desta carta, fora feita “com acordo e concelho dos côcelhos da nossa terra que pera esta mandamos chamar”. Contudo, este objetivo de sanear a

moeda em circulação e convertê-la em nova moeda é inconsistente com a cunhagem de uma espécie com um valor nominal muito alto com um conteúdo intrínseco fraco relativamente às moedas fernandinas. Comparado com a relação entre valor nominal e conteúdo argênteo das restantes moedas no final do reinado de Fernando I (ver tabela I), o *peelado* seria uma moeda muito sobrevalorizada.

Pelo contrário, a atribuição da emissão do *peelado* ao contexto do pedido das quatrocentas mil libras de 1385 é mais sólida numa perspectiva monetária. Segundo Fernão Lopes, os concelhos acordaram nas Cortes de Coimbra versar um pedido para obter metais para cunhar moeda fraca. Leia-se o excerto alusivo da Crónica de João I:

“para a paga do soldo e fazer moeda ... e estes dinheiros se hauiam de pagar, em graues e barbudas, e dinheiros meudos ou em prata se a algum dar quisesse. E destas moedas auião de fazer outra nom tam boa, de guisa que por sua multiplicaçã ouuese ahy avomdo pera soldo da gemtes e das neçesarias despesas. E asy [foy] que per acordo de todos mamdou el Rey lavrar moeda de reais de ley de hu dinheyro que vallia cada hum dez soldos. E erão seus thisoueiros, Presival da que se fazia em Lisboa, e Martim Lourenço, pay dos doutores, da moeda que lavrava em Evora”.²¹⁶

A descrição dos meios de pagamento do pedido corresponde à origem da prata cunhada no nosso fragmento: *paguar, em graues e barbudas, e dinheiros meudos ou em prata se a algum dar quisesse*. Mais importante, ao contrário do que acontece com a hipótese anterior: a relação entre valor nominal e conteúdo metálico da moeda em

²¹⁵ Augusto Carlos Teixeira Aragão, *Descrição geral...*, pp. 349-351.

²¹⁶ Fernão Lopes, “Cronica Delrei Dom Joham da Boa Memoria”, in *Crónica de D. João I*, ed. Artur de Magalhães Basto e Humberto Baquero Moreno, Barcelos, 1983, II, 11.

circulação (o *real* cunhado na sequência do pedido) é igual à do *peelado*. Neste sentido, note-se que a afirmação de Fernão Lopes de que o real de 1385 fora cunhado com lei de um dinheiro é errada, visto que esta lei só seria atingida em 1392.²¹⁷

Há dois pormenores que confirmam a datação. Como já foi observado, a recunhagem dos *gentis*, uma moeda de ouro, não faz sentido senão num contexto de imposição. Um outro aspeto que se adequa bem à datação de 1385 é a qualidade da cizalha empregue na cunhagem. As duas espécies de cizalhas da primeira operação tinham leis superiores ao *peelado*: 3 e 1.833 dinheiros, respetivamente. Ora, 3 dinheiros é precisamente a lei usada nos *reais de dez soldos* cunhados após as Cortes de Coimbra que, como referido, apresentam a mesma relação entre prata e valor nominal do que os *peelados*. Já a segunda operação terá aproveitado a cizalha da primeira (apesar de uma lei ligeiramente inferior).

Uma terceira e última ordem de argumentos confirma que o *peelado* tenha surgido já no reinado de João I: a identidade dos indivíduos envolvidos. Em ambas as operações há dois agentes de recolha: o “tesoureiro” e Domingos Peres. A este último, como indica o fragmento, competiu na segunda operação reunir a prata entregue pelos concelhos. No entanto, não foi possível identificá-lo entre os vários contemporâneos com este nome. No entanto, a frase que remata o cabeçalho da segunda operação (“porque todo o que em eles foy despeso ... he posto em Recepta ao dicto domingos annes em esta Recadação”) indica que o “tesoureiro” a quem se tomavam contas era um certo Domingos Eanes. Trata-se, é certo, de um nome vulgar. Contudo, da documentação portuense e dos documentos da Chancelaria de João I consta um tesoureiro chamado Domingos Eanes, dito “da Maia”. Este Domingos Eanes da Maia é aliás o primeiro tesoureiro conhecido da Casa da Moeda do Porto. Ocupava este cargo em 29

de Dezembro de 1391²¹⁸ e ainda o exercia a 22 de Março de 1393 mas a sua ligação conhecida à Casa da Moeda datava, pelo menos, de 1389.²¹⁹ O cargo de tesoureiro insere-se numa longa vida ativa na vereação do Porto: segundo Francisco Ferraz, Domingos Eanes participou na vereação portuense no reinado de Fernando I e foi à Corte em nome do concelho do Porto em 1392 e 1393.²²⁰ Em 1401, Domingos Eanes da Maia recebeu carta de quitação de “obra, prata, cizalha de desvairadas leis e dinheiros de moeda branca e ferro e aço e outras cousas”.²²¹ A sua carreira no serviço do rei continuou depois deste ano mas já não na Casa da Moeda. As referências seguintes a este indivíduo reunidas por Francisco Ferraz revelam que em 1407 era contador na contadoria do Porto.²²² Sabe-se ainda que teve um filho ilegítimo, Luís Domingues que foi legitimado em 1403, sendo então era cónego do Porto. Dado que se torna muito provável a identificação do tesoureiro *Domingos Eanes* com Domingos Eanes da Maia, o fragmento pode mesmo ser datado com algum rigor. De facto, o seu teor adequa-se aos termos da carta de quitação datada de 24 de Agosto de 1401 registada no livro V de Chancelaria de João I.²²³ Como tal, trata-se de

²¹⁸ Maria José Pimenta Ferro, *Estudos de...*, p. 145.

²¹⁹ Francisco Manuel Teixeira Ferraz, *A Casa da Moeda do Porto nos finais da Idade Média*, Porto, Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Porto, 2008, p. 236.

²²⁰ *Ibidem*.

²²¹ Maria José Pimenta Ferro, *Estudos de...*, p. 106.

²²² Francisco Manuel Teixeira Ferraz, *A Casa da Moeda...*, p. 237.

²²³ “fazemos saber que nos mandamos tomar conta e Recado a doming eannes da Maya thesoureiro que ffoy das nosas moedas da Cidade do porto, per Johñ [sic] steuez e Lourenco viçente nossos contadores do tempo que asy ffoy thesoureiro das dictas moedas., E mostrou se pelas Recadações que lhj dello foram ffectas., que ficou deuedor d obra prata e Cizalha desuairadas leys e dinheiros E moeda branca e ferro e aço e outras cousas, E per esas Recadações se mostra outrossij que despendero mais d obra prata e cizalha de desuairadas leis d algũa das suso dictas e doutras lex desuairadas de dinheiros e doutras cousas”. ANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro 5, fól. 21bis. Agradecemos a Pedro Pinto a transcrição deste documento.

²¹⁷ Mário Gomes Marques, *Moedas de...*, p. 109.

um fragmento datável de 1401 ou de poucos anos antes.

O fragmento aqui publicado consolida e alarga os conhecimentos actuais de numismática. Confirma documentalmente vários dados metrológicos já apurados de outras formas e substancia a afirmação de Gomes Marques: “as emissões do real de dez soldos foram acompanhadas da produção de pequenas quantidades de moedas divisionárias”.²²⁴ Por outro lado, resolve um problema de identificação de um numisma que funcionava como moeda divisionária do real de dez soldos. Mais importante, o documento representa a primeira base não conjetural para conhecer a composição do numerário em circulação em Portugal no tempo de Aljubarrota.

²²⁴ Mário Gomes Marques, *Moedas de...*, p. 110.

JOSÉ PINA

COMPRA E VENDA DE MOEDAS E POSTAIS



Tel.: 919370372

E-mail: josefernandespina@gmail.com

Apêndice Documental²²⁵

[c. 1401]

Fragmento do registo de uma tomada de contas ao tesoureiro Domingos Eanes da Maia, conduzida pelos contadores do rei.

Lisboa, ANTT, *OS/CP*, Livro 62, folha de guarda

d huũ *soldo e* de ij p e [?] xx *libras* o Marco as $\overline{\text{ix}}$ *ffectas per el dicto tesoureiro E* as $\overline{\text{viiij}}^{\circ}$ *fectas pelo dicto domingos perez*²²⁶

De pilhartes de leij de ij *dinheiros* vj^c xix *Marcos*

De *dinheiros* meudos de j *dinheiro* Clxxix *Marcos .v. onças*

De syzalha preta de leij de iij *dinheiros* Rij *Marcos*

De syzalha preta de lej de j *dinheiro* xx *graos* ix *Marcos* iij
onças

|grosa|

Esto adeante *scripto em algarismo he o que* todo foij despeso nos *dictos* peelados *fectos per o dicto domingos perez*

Item Deu *e* despendeu *pera* fazijmento de $\overline{\text{CIRJ}}^{\text{227}}$ peelados de leij de j *dinheiro* xvj *graos* *pera* moeda de j *soldo e* de ij *soldos* por j xx *libras*²²⁸ o Marco / os $\overline{\text{IRVJ}}^{\text{229}}$ *fectos per o dicto tesoureiro E* os $\overline{\text{IRV}}^{\text{230}}$ *fectos per o dicto domingos perez em nome dos Conçelhos que fazem por o dicto domjng eannes porque todo o que em* ellos foy despeso *e* outrosy *em* totalas outras ante *escritas* *fectas per o dicto domingos perez* he posto *em* *Reçep̃ta* ao *dicto domingos annes* *em* esta *Recadaçom*

De *graues* de leij de iij *dinheiros* Mil Cxij *Marcos*

De baruudas da *dicta* leij vij^c xxviiij^o *marcos*

De *dinheiros* meudos de leij de j *dinheiro* $\overline{\text{b}}$ iiiij^c lxiiiij^o
marcos

De pilhartes de leij de ij *dinheiros* Mil vij^c lx *Marcos*

|grosa|

esto que se adeante sege *em* *grosa per algarismo he o que* foij despeso nos *dictos* peelados *asij* *fectos per o dicto domingos perez*

²²⁵ Os critérios de transcrição adoptados são os propostos em João José Alves Dias; A. H. de Oliveira Marques, e Teresa Rodrigues, *Album de paleografia*, Lisboa, Estampa, 1987.

²²⁶ A secção superior desta linha foi cortada, dificultando a leitura.

²²⁷ O copista, por lapso, não colocou o traço multiplicador de milhares.

²²⁸ Correção do escrivão.

²²⁹ O copista, por lapso, não colocou o traço multiplicador de milhares.

²³⁰ O copista, por lapso, não colocou o traço multiplicador de milhares.

De prata de xj *dinheiros* meyo xiiij^o Marcos ij onças xv *dinheiros* [sic]²³¹

De fortes de iiiij^o *dinheiros* lxxx Marcos

De Jentijs de leij de iiiij^o *dinheiros* Rj Marcos

De syzalha preta de leij de j *dinheiro* xvj *graos* iij^c Marcos

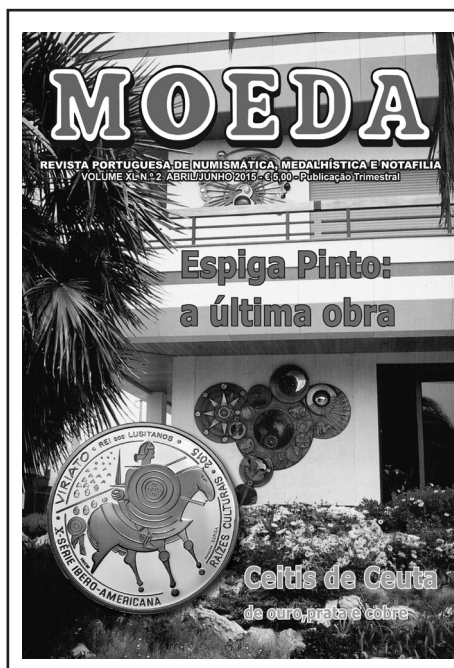
De prata de baijxella v onças ix *dinheiros* [sic]²³²

De syzalha branca de j *dinheiro* xvj *graos e* de xx *libras em*

Marco L Marcos

²³¹ Trata-se provavelmente de um erro do redator visto que, na descrição do conteúdo intrínseco, o dinheiro é sinónimo de doze avos (1/12) ; a medida correta seria grão (medida de peso), visto que 15 oitavas equivale a um valor superior a uma onça.

²³² Cf. nota anterior.



REVISTA MOEDA

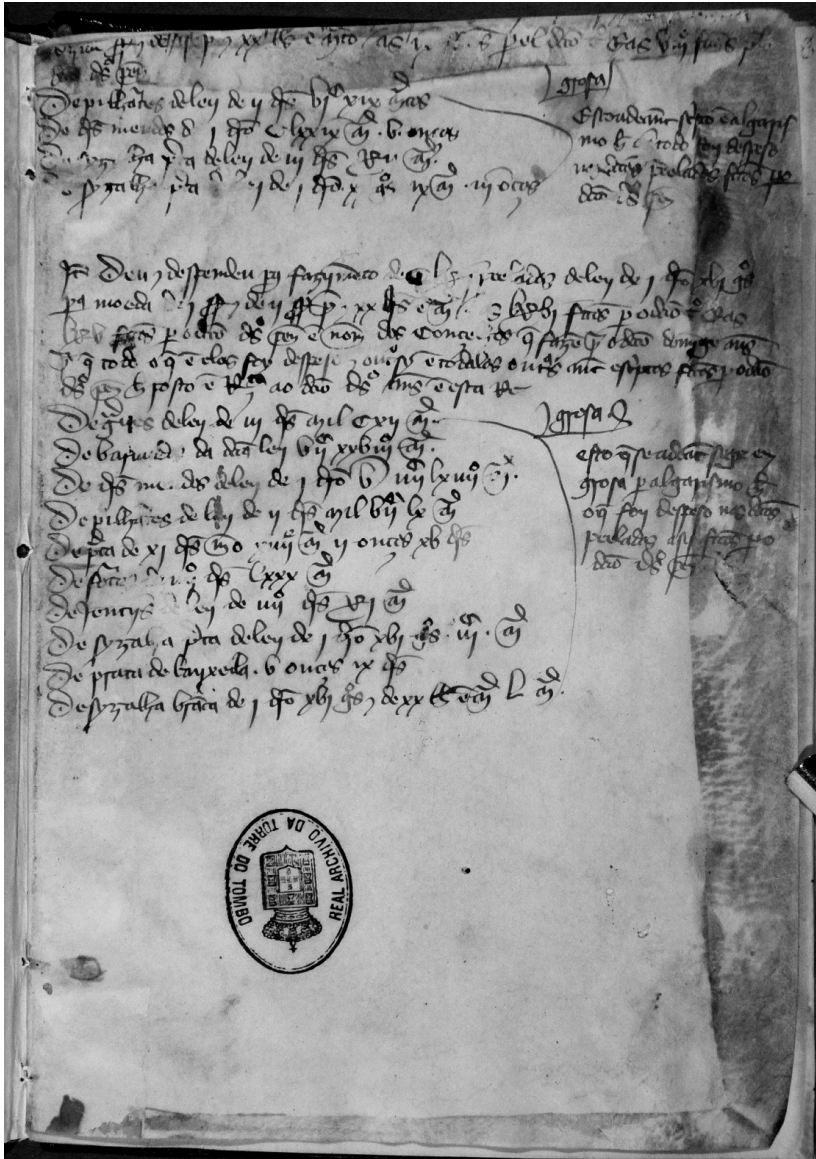
FUNDADA EM 1973
EDIÇÃO TRIMESTRAL

Solicite-nos um número
amostra grátis.

APARTADO 42053
1601-801 LISBOA

e-mail: revistamoeda@hotmail.com
www.revistamoeda.net

Reprodução do documento transcrito



Foral de Colos
PT/TT/OSCP/A/002/00062
Imagem cedida pelo ANTT

Tabela I - Emissões de moedas de prata e de bilhão entre 1369 e 1391

Variáveis	L	T	N	P	p ^{Ag}	N ^{Ag}
Explicação das variáveis	Lei (% Ag)	Talha (peças/marco de liga; 1 marco = 229,5 g)	Valor Nominal (em libras)	Peso bruto (em g)	Peso da prata (em g)	Peso da prata por valor nominal
Cálculos	Dados experimentais ou indicados por fonte			$P = \frac{229,5}{T}$	$p^{Ag} = p^B \cdot L$	$N^{Ag} = \frac{P^{Ag}}{N}$
Pelado de 1 soldo (s.d.)	13,8%	400	0,05	0,57	0,08	1,583
Pelado de 2 soldos (s.d.)	13,8%	200	0,1	1,15	0,16	1,583
Dinheiro fernandino (1367)	02,7%	n.d.	0,004166	0,87	0,02	5,606
Real "F" (1367-9)	83,3%	60	0,5	3,83	3,19	6,375
Tornês de busto (1369?)	25,0%	62	0,8	3,70	3,39	4,2414
Barbuda (1369)	25,0%	53	1	4,33	1,08	1,0800
Pilarte/coroado (1371)	16,6%	148	0,25	1,55	0,25	1,0000
Pilarte/coroado (post. Julho 1372)	16,6%	148	0,029	1,55	0,25	8,6206
Barbuda (ant. Julho 1372)	25,0%	53	0,7	4,33	1,08	1,5429
Barbuda (post. Julho 1372)	25,0%	53	0,1165	4,33	1,08	9,2704
Forte (1372-5)	91,7%	65	1	3,53	3,24	3,2365
real FR 1378 (?)	83,3%	64	0,5	3,59	2,99	5,9766
real de dez soldos I (Porto, 1385)	50,0%	72	0,5	3,19	1,59	3,1875
real de dez soldos II (1385)	25,0%	75	0,5	3,06	0,77	1,5300
real de dez soldos III (1386)	60,0%	75	0,5	3,06	0,51	1,0200
real de dez soldos IV (1387-91)	12,5%	75	0,5	3,06	0,38	0,7650
real de dez soldos IV b (1387-91)	12,5%	80	0,5	2,87	0,36	0,7172
real de dez soldos V (Évora, 1392)	8,33%	90	0,5	2,55	0,21	0,4250

Fonte: M. G. Marques, *História da moeda medieval portuguesa*, Sintra, 1996; excepto *pelados*.

Sobre os sistemas monetários portugueses e o “dinheiro de emergência” de Almeida (cont.)

José Miguel Correia Noras¹

Para conveniente apreciação das variações operadas com a quebra de moeda, concebemos e publicamos, de seguida, um quadro contendo, igualmente, as desvalorizações impostas por D. João, Mestre de Avis, ainda enquanto Regedor e Defensor do Reino.

Desvalorização da moeda com D. João I

De 1383 a 1384	21%	Período que corresponde à crise de 1383-1385, anterior à aclamação de D. João I como rei de Portugal.
1384	33,3%	
De 1384 a 1385	41%	Estabelecida a paz com Castela, passa a verificar-se uma nítida tendência de redução das desvalorizações monetárias.
De 1386 a 1389	12%	
De 1389 a 1393	6%	
De 1393 a 1398	12%	
De 1398 a 1406	10%	
De 1406 a 1411	1,5%	
De 1411 a 1414	10%	
De 1414 a 1415	12%	
De 1415 a 1433	Cerca de 5% por ano	

No início do reinado de D. João I, o *soldo* era representado por 6000 grãos de prata. No final do mesmo reinado, bastariam sete grãos de prata para corresponder à citada moeda de conta. Só por si, tamanha degradação atestaria o acerto das apreciações publicadas, sobre este assunto, por Fernão Lopes, Joaquim Veríssimo Serrão e Mário Gomes Marques.

¹ Investigador associado ao Centro de História da Universidade de Lisboa. Veja-se nota biográfica inserta no final do presente trabalho.

No plano monetário, as medidas concretizadas por D. João I dão uma resposta inequívoca e afirmativa à seguinte pergunta de Joaquim Veríssimo Serrão²: “haveria uma razão económica, a falta de numerário, nas causas que nos levaram a Ceuta?”

O legado de D. João I, no domínio numismático, assenta, sobretudo, na criação da primeira moeda só de cobre – *real preto* – e no lançamento do *real branco* ou *real de 35 libras*, cuja existência representa, de igual forma, uma das novidades mais emblemáticas da numária joanina, “chave” que abriu a segunda dinastia e as portas ao novo sistema monetário do nosso país.

No mesmo registo, cumprirá referir o aparecimento das primeiras moedas de *escudo* da segunda dinastia, mediante cunhagens ordenadas por D. Duarte, as quais não terão, contudo, alcançado o sucesso ambicionado e suscitaram um complexo de motivações e de interrogações que os especialistas ainda hoje discutem.

Independentemente das dúvidas levantadas com tais lavramentos em ouro, é forçoso destacar a sistematização monetária empreendida por D. Duarte, não obstante a fugacidade da sua passagem pelo trono português. A principal reforma devida a este monarca ficou marcada pela relação (“decimal”) estabelecida entre as moedas de cobre, de bolhão e de prata. A 10 *reais pretos* (cobre) correspondia um *real branco* (bolhão) e 10 *reais brancos* (bolhão) equivaliam a um *leal* ou *real de 10 reais brancos*, batido em prata de boa lei, liga de 11 *dinheiros*, o que explica a denominação de *leal*. Conquanto a relação fixada entre estas duas últimas moedas fosse bastante exacta — o valor intrínseco do *real branco* equivaleria, em rigor, a um décimo do *leal* — permaneceu a discrepância no que se refere ao valor do *real preto* versus *real branco*. Sendo o valor intrínseco do *real branco* 32 vezes superior ao do *real preto*, insistiu-se na proporção já citada de 10 *reais pretos* para um *real branco*.

A grelha de valores adoptada para o numerário de D. Duarte, que em 1434 instituiu o sistema do *real* (baseado no *real branco* como unidade de conta), permite afirmar que estamos confrontados com um “sistema deci-

2 Joaquim Veríssimo Serrão, ob. cit., p. 102.

mal precoce” e perante um monarca que, não obstante a limitação temporal do seu reinado, contrariou a “desordem monetária” herdada, mediante a introdução de critérios de grande racionalidade no plano monetário. A fim de garantir o sucesso das emissões de boa prata (dos chamados *leais*), D. Duarte renunciou, inclusivamente, aos benefícios da senhoriagem (lucro da amoeadação). Esta medida traduziu-se num forte incentivo aos lavramentos de prata de boa lei que se encontrava, mais frequentemente, na posse dos privados.

Durante a segunda dinastia, uma das questões mais complexas, no que toca ao ouro amoeado, relaciona-se precisamente com o *escudo* de D. Duarte. Conforme assinalámos em 11 de Março de 2005, numa comunicação apresentada no Museu Regional de Lamego³, não se conhece qualquer exemplar do *escudo* de D. Duarte. Embora o cronista Rui de Pina tenha mencionado detalhes rigorosos sobre a sua emissão, a verdade é que deste espécime existe apenas uma representação setecentista (em gravura) mandada elaborar por D. António Caetano de Sousa. Esta gravura foi sucessivamente copiada, em diferentes catálogos, com ligeiras modificações. Por sua vez, o pseudo ensaio em prata do *escudo de ouro* de D. Duarte, que integra o acervo da Universidade de Leiden, não passa disso mesmo: uma falsificação produzida a partir da gravura acima citada.

Segundo Rui de Pina⁴, o *escudo de ouro* de D. Duarte foi emitido com a lei (ou toque) “de 18 quilates, de que cincoenta faziam o peso de um marco”. Assim, “talhada em 50 cada marco” e possuindo 69,1 grãos de ouro puro, a moeda em causa corresponderia a 130 *reais brancos* e a 13 *leais* ou *reais de 10 reais brancos*.

Esta emissão de D. Duarte (1433-1438) reintroduziu as cunhagens em ouro na numária portuguesa, as quais haviam sido interrompidas no reinado de D. Fernando. Tem, ainda, a particularidade inerente ao ineditismo da denominação monetária, dado que, até então, nenhuma outra moeda portuguesa fora cunhada com o nome de *escudo*.

Essa denominação voltaria a ser emitida por D. Afonso V, que cunhou *escudos* em Lisboa e no Porto. Os seus *escudos* tiveram a companhia de

3 Versando esta matéria, poderemos ler, da minha autoria, o estudo “Ouro Português e Português de Ouro”, *O Ouro na Cultura Portuguesa*, Lamego: Museu de Lamego/Escola Superior de Educação de Viseu (Pólo de Lamego), Lamego, 11 e 12 de Março de 2005 [policopiado].

4 Ruy de Pina, *Chronica d’El Rei D. Duarte*, col. Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Lisboa: Escriptorio, 1901, p. 41.

moedas, igualmente de ouro, com aproximadamente metade do peso — os preciosos *meios escudos*, de que apenas são conhecidos dois exemplares.

Ainda no reinado de D. Afonso V (transição da Idade Média para a Idade Moderna), surge a primeira moeda portuguesa que, já afastada do padrão da *dobra*, exhibe elementos inovadores, podendo mesmo ser considerada uma moeda moderna — o *cruzado de ouro*. Metaforicamente, este cruzado representa como que a carta de alforria monetária de Portugal relativamente ao numérico da Península Ibérica, passando a alinhar-se pelo padrão seguido nas grandes metrópoles italianas. No seu averso, destaca-se a simbologia heráldica portuguesa, numa moldura polilobada, enquanto, no reverso, uma moldura de bonito recorte gótico envolve uma cruz grega lisa. É justamente a partir deste reinado que o numeral passa a constar no letreiro das moedas, facilitando a sua identificação, especialmente quando em presença de numismas emitidos por soberanos homónimos e das mesmas casas reinantes.

As cunhagens em ouro prosseguiram com D. João II e, até ao reinado de D. Luís⁵, nunca mais foram interrompidas. Nos desenhos que estiveram na origem das novas moedas, trabalharam artistas de renome como António de Holanda, Francisco de Holanda, a quem devemos os *São Vicentes*, e Vieira Lusitano, que produziu o retrato de D. João V para a admirável série monetária do “rei magnânimo”.

Um outro feito verificado na segunda dinastia, de relevante significado histórico e económico, consistiu na “adopção”, em 1436, do *conto de reais*⁶

5 Veja-se Javier Sáez Salgado, *Moedas de ouro de Portugal 1185-1889*, nota preliminar de José Miguel Correia Noras, Lisboa: Numisma, 2001, p. 15 a 93.

6 Não há registo, entre nós, de uma outra unidade de conta ou unidade de cálculo que se tivesse transformado em “moeda intemporal”. Com efeito, os *reais* (ou *réis*) foram substituídos (em 1911) por *escudos*, a unidade monetária portuguesa do período republicano. Todavia, em 1913, surgiu legislação (Lei de 21 de Junho de 1913), determinando que os *milhares* e os *milhões de escudos* poderiam designar-se por *contos* e por *mil contos*, respectivamente, desde que a estas palavras não se seguissem nenhuma(s) outras de natureza restritiva. Aliás, todas estas disposições haveriam de sair reforçadas mediante o estabelecido no Decreto n.º 42 899, de 4 de Abril de 1960.

Adormecido para a história, com a perda da nossa soberania neste domínio, o *escudo* deu o lugar ao *euro*, em 2002. Apesar disso, sempre presente nos cálculos, públicos ou privados, prevalecem o *conto* e os milhares de *contos*. O *conto de réis* (ou de *reais*), criado por D. Duarte, verdadeiramente nunca desapareceu de “circulação”. Moeda de conta, sem existência real, acabou por prevalecer, desafiando as leis e o próprio tempo.

Sobre o *conto*, como unidade de cálculo, poder-se-á ler o estudo de José Miguel Correia Noras, “Escrita do dinheiro: contos sim pontos não” em *Moeda – Revista Portuguesa de Numismática e Medalhística*, vol. 15, n.º 2, Abril – Junho 1989, Lisboa: Publinnumus, 1989, pp. 57-61.

(posteriormente, um *conto de réis*) como moeda de conta, correspondente a um milhão de reais (mais tarde, milhão de réis).

A marcha do novo sistema passou pelo *ceitil* de D. Afonso V. Atendendo à “massificação” dos lavramentos em cobre que esta nova espécie monetária representou, revelou-se de grande importância na economia. A sua imagem de marca é constituída pelo mar e pelas torres de Ceuta. Porém, contrariando as “pretensões do coleccionismo temático”, não se trata de um espécime comemorativo da conquista de Ceuta, em 1415. As origens e a evolução desta moeda emitida pelo “monarca africano” foram objecto de aturada investigação por Francisco da Costa Magro⁷, personalidade incontornável nos estudos numismáticos em Portugal.

Como vimos, o demorado processo de transição para o sistema moderno começou na segunda dinastia, com mudanças graduais e fases de acentuadas mudanças, algumas delas verdadeiramente excepcionais, como as ocorridas nos reinados de D. João I, de D. Duarte e D. Afonso V. Estes progressos culminariam na emergência e na consolidação de um novo sistema monetário, cujos contornos — assumimos a polémica e a eventual solidão na sua defesa — consideramos deveras avançados para a sua época, particularmente no que toca à adopção de um sistema decimal precoce com D. Duarte, sem esquecer a criação da mais duradoura unidade de conta portuguesa.

Concluído, no reinado de D. Manuel I, o edifício do sistema monetário moderno, cuja abóbada é formada pelo *tostão* de prata, o nosso país emitiria a “primeira moeda de prestígio do mundo”. Designada por *português*, foi produzida em ouro praticamente puro e plagiada por importantes praças estrangeiras.

Curiosa e salomonicamente, o *português* foi o espécime que mais notoriedade deu ao nosso país. Cunhado por D. Manuel I e, igualmente, por D. João III, tornou-se no “dólar” da época das Descobertas. De tal forma projectou Portugal no espaço da glória e na dimensão da excelência, que povos como os alemães, os dinamarqueses, os polacos e os holandeses não hesitaram em copiá-lo, assinalando a sua conformidade com a moeda

⁷ O resultado da investigação de Francisco da Costa Magro poder-se-á ler na obra *Ceitil*, dada à estampa pelo Instituto de Sintra, em 1986, então presidido pelo Professor Doutor Mário Gomes Marques.

nacional, à semelhança do que, um milénio antes, os suevos fizeram relativamente à moeda de Roma.

Exibindo uma tipologia tão pouco original que nem sequer resiste à comparação com um *morabitino* ou com um *cruzado*, o *português de ouro* (de D. Manuel I) impôs-se, contudo, pela sua qualidade e pelo seu peso, quase desmesurado, intencionalmente concebido para expressar a grandeza de Portugal no mundo. Foi feito, não para ser admirado como obra de arte, mas para impressionar como testemunho da dimensão de um rei que venceu o mar desconhecido, chegando à Índia e ao Brasil.

D. Manuel I, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém mar em África, Senhor da Guiné, da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia — um estandarte de títulos e de glórias para atestar a pureza do ouro amoadado e garantir a exactidão do seu peso (35,5 gramas) preenchia a legenda da mais internacionalizada moeda de Portugal.

João de Barros⁸ escreveu que “Por muitas coisas que façam [os reis] de qualquer género que sejam, nenhuma lhes dá maior nome que aquela pela qual acrescentaram à sua coroa algum justo e ilustre título”.

Nenhuma outra moeda de ouro fez render fidalgos e mercadores como os *portugueses* que D. Manuel mandou cunhar enquanto credenciais de Portugal na Índia. Também nenhuma outra moeda surpreendeu tanto a Europa, na Idade Moderna, como o *português de ouro*. Durante séculos, foi considerado a relíquia que Vasco da Gama levava, em 1498, na sua armada, quando cortou as águas dos oceanos para inscrever o caminho marítimo para a Índia entre os faustos mais relevantes da História de Portugal. Porém, estudos realizados nos anos setenta do século XX, demonstraram que tal espécie só viria a ser cunhada depois da primeira viagem à Índia

Sobre esta moeda, chamada *português*, já falaram numerosos autores. Ela prova que o ouro é o cunho da soberania, a fronteira dos limites do povo que fomos e do povo que somos — o melhor sinal do prestígio de uma época em que os portugueses trouxeram à humanidade novas fronteiras, onde introduziram uma religião e permutaram culturas e experiências civilizacionais. Nesses mundos, até então ignorados, navegadores, missionários e

8 João de Barros, *Ásia*, primeira década, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988, p. 216. Estas considerações de João de Barros, publicadas na sua mítica *Ásia*, surgem assim transcritas por António Miguel Trigueiros em *Moeda dos Descobrimentos – Prestígio de Portugal no Mundo*, Lisboa: Edição do autor, 1983, p 15.

aventureiros portugueses deixaram, sobretudo, o nosso maior legado — a Língua Portuguesa, transcendida por génios como Luiz de Camões, Fernando Pessoa, Jorge Amado, José Saramago, Sophia de Melo Breyner e Mia Couto.

Com D. Manuel I, Almeida conheceu um dos seus períodos áureos, este bem expresso em vultuosos investimentos militares e na outorga de novo foral (1510). Sobre os progressos em Almeida, durante a vigência do segundo sistema monetário nacional, beneficiámos das lições proferidas por personalidades notáveis da intelectualidade portuguesa como são os casos dos Professores Doutores Adriano Vasco Rodrigues e João Campos.

No que se refere ao terceiro e último sistema monetário português, sabemos que o seu início foi definido pelo Decreto de 22 de Maio de 1911, assinado por José Relvas, enquanto Ministro das Finanças. Apesar do estabelecimento, nesta data, de um sistema baseado no *escudo*, como unidade monetária, importa referir que as primeiras moedas cunhadas com este valor facial só surgiram em 1914, ano do começo da Primeira Grande Guerra. Tal coincidência explica a disposição exarada na Lei do “Orçamento de Estado”, para o ano económico de 1914/1915, afectando a respectiva “senhoriagem” a despesas de guerra.

Com a crise gerada por este conflito mundial, acentuou-se a escassez de metais. O valor intrínseco de diversas moedas superou largamente o seu valor facial, implicando a sua retirada de circulação e conseqüente reutilização. Na falta de moeda divisionária estatal, que permitisse assegurar o comércio em cada concelho, a maioria dos municípios procedeu à emissão do chamado “dinheiro de emergência”, à semelhança do que, em anteriores momentos, já havia ocorrido.

Embora a Vila de Almeida, “Fronteira e Fortaleza de Portugal”, tenha sido protagonista de relevantes conflitos bélicos no seu território, a verdade é que somente produziu “dinheiro de emergência” depois do fim de uma guerra, a de 1914-1918, cujas batalhas decorreram bem longe das suas históricas delimitações.

A singularidade do “dinheiro de emergência” de Almeida consiste, essencialmente, na escolha da sua fortaleza abaluartada para ilustração da chapa de cada cédula. Os valores emitidos foram de um e de quatro centavos, com diferentes variantes, em tons de verde, de violeta, de azul e de vermelho. Todas as cédulas, datadas de 1921, foram valorizadas com a

impressão do nome do Presidente da Comissão Administrativa de Almeida, Raul Eduardo Costa. Sobre cada cédula foi aposto o selo branco então em uso na autarquia almeidense. Até aos anos oitenta do século XX, existia no acervo da autarquia um conjunto de exemplares de cada cédula. Segundo apurámos, tais relíquias já não constam do respectivo arquivo, por decisão dos autarcas que dirigiram o município, nesse período. Entretanto, o volume de informações reunidas, ao longo de mais de duas décadas de pesquisa, impõe-nos a responsabilidade de plasmar em obra, com diferentes contornos, todos os elementos apurados, mormente no que respeita ao processo de formação das decisões em Almeida, aos litígios com a Tutela e, fundamentalmente, aos benefícios resultantes desta breve e única experiência emissora em tão mítica autarquia.

Almeida constitui um exemplo na associação da sua fortaleza ao “dinheiro de emergência” que mandou emitir em 1921. É, aliás, o único que privilegiou este tipo de monumento histórico de incomensurável valia patrimonial, cujo reconhecimento aguarda ver formalmente explicitado pela UNESCO.

Evaporadas as dúvidas, porque despida a verdade histórica, constatamos que não existe outro exemplo tão paradigmático em Portugal, quer no seu território europeu, quer nas possessões ultramarinas que administrou durante séculos. Para chegarmos a esta exclamação, com que fechamos o presente esboço, tornou-se necessário compulsar cerca de 3200 espécimes de “dinheiro de emergência” de distintas proveniências concelhias do nosso país, tarefa que constitui, em seu resumo, uma prova de vida, tesouro que enriquece as memórias e desmemórias dos nossos dias.

Notas finais

1. José Miguel Correia Noras não segue as normas do “novo acordo ortográfico”, enquanto tal documento não for subscrito por todos os países lusófonos.
2. A presente comunicação, concebida para o 8.º *Seminário Internacional de Almeida*, só poderá ser parcial ou totalmente utilizada, para diferente finalidade, mediante autorização expressa do autor
3. e/ou do coordenador de tal evento científico.

Bibliografia

- BARROS, João de, Ásia, primeira década, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988.
- CAMPOS, João — *Almeida – O Castelo de D. Dinis, Fronteira de Portugal*, Almeida: Câmara Municipal de Almeida, 2014.
- HEISSE, Aloïsse — *Descripción general de las monedas hispano-cristianas desde la invasion de los árabes*, 3 vol., Madrid: Milagro, 1865.
- LOPES, Fernão — *Crónica del Rei dom João I da boa memória*, primeira parte, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.
- MAGRO, Francisco da Costa — *Ceitis*, Sintra: Instituto de Sintra, 1986.
- MARQUES, Mário Gomes — *História da Moeda Medieval Portuguesa*, Sintra: Instituto de Sintra, 1996.
- NORAS, José Miguel Correia — “A new hypothesis on the origin of the *real* issued in the name of Beatriz, Queen of Castile and Portugal”, *Problems of medieval coinage in the Iberian Area*, Aviles: Sociedad Numismatica Avilesina/Instituto de Sintra, 1986.
- NORAS, José Miguel Correia — “Contributos de Santarém para a Numismática Portuguesa”, em *Temas de História do Distrito de Santarém – Comunicações apresentadas ao I Colóquio sobre História Regional do Distrito de Santarém (1987)*, organização e introdução de António Pedro Manique, Santarém: Escola Superior de Educação de Santarém, 1987, pp 91-113.
- NORAS, José Miguel Correia — *Real de D. Beatriz batido em Santarém?*, Lisboa: Numisma, 1988.
- NORAS, José Miguel Correia — “Escrita do dinheiro: contos sim pontos não” em *Moeda – Revista Portuguesa de Numismática e Medalhística*, vol. 15, n.º 2, Abril – Junho 1989, Lisboa: Publinummus, 1989, pp.57 a 60.
- NORAS, José Miguel Correia — *A Remessa de Santarém e as moedas do tempo do Infante Santo*, Santarém: Edição do autor, 2003.
- NORAS, José Miguel Correia — “Ouro Português e Português de Ouro”, *O Ouro na Cultura Portuguesa*, Lamego: Museu de Lamego/Escola Superior de Educação de Viseu (Pólo de Lamego), Lamego, 11 e 12 de Março de 2005 [policopiado].
- PINA, Ruy de — *Chronica d’El Rei D. Duarte*, col. Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Lisboa: Escriptorio, 1901.
- SALGADO, Javier Sáez, *Moedas de ouro de Portugal 1185-1889*, nota preliminar de José Miguel Correia Noras, Lisboa: Numisma, 2001.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *Numismática*, Lisboa: Círculo de Estudos Arqueológicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1962.
- SEVERIM DE FARIA, Manuel — *Noticias de Portugal*, 2.ª ed., Lisboa, Lisboa Occidental: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1740.
- TEIXEIRA DE ARAGÃO, A. C. — *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, 2.ª ed., 3 vol., Porto: Livraria Fernando Machado, 1964.
- TRIGUEIROS, António Miguel — *Moeda dos Descobrimentos – Prestígio de Portugal no Mundo*, Lisboa: Edição do autor, 1983.

O TONEL DE OURO MOEDA DE CONTA DO SÉCULO XVII¹

Eng. A. F. Costa Magro

- a. Ao longo da nossa história por algumas vezes foram largamente utilizadas moedas de conta, as quais permitem nomear somas grandes de forma mais simples.

Durante a primeira dinastia são comumente feitas referências a libras e soldos, que nunca tiveram existência física.

A libra valia 20 soldos, e o soldo 12 dinheiros, estes sim cunhados e usados como meio de pagamento.

A libra valia então 240 dinheiros; é intuitivo que era mais fácil mencionar 13 libras e 5 soldos do que 3.180 dinheiros; já não falando no uso dos contos para contar - era menos laborioso utilizar no contador 13 peças na gaveta das libras e 5 na gaveta dos soldos, do que 3180 contos na gaveta dos dinheiros.

Ainda no princípio da segunda dinastia o sistema deve ter funcionado, até que as mutações monetárias de D. João I e seus sucessores tornaram obsoleto este sistema de contar.

Igualmente nas 3.^a e 4.^a dinastias a contagem por libras e soldos não volta a ser usada (note-se que continua em uso um sistema semelhante em Inglaterra, mas aqui são moedas efectivas - libras e shillings).

- b. Outra moeda de conta usada até aos nossos dias é o “conto”, que nunca teve existência física .

Deve ter começado na segunda dinastia o uso de tal palavra , na expressão “conto de ouro”, para designar 1 milhão de cruzados de ouro.

Mas rapidamente deve ter desaparecido esta designação, quando cessou a cunhagem destes cruzados. Não foi usada para referir 1 milhão de cruzados de prata, quando estes apareceram.

1 Este artigo foi publicado pela primeira vez na edição do «40.º Aniversário», da A.N.P. (pp. 63-65 - Lisboa, 2013).

Volta o “conto” a ser empregue na quarta dinastia , na expressão “conto de reis”, para significar 1 milhão de reis -1.000\$000.

Na república continuou a usar-se a expressão, mas representava mil escudos -1.000\$00, ou seja, 100.000 centavos e já não 1 milhão; isto resultou da passagem da unidade “real” para a unidade “centavo”.

Mas o povo que tem boa memória, é que não muda com facilidade.

E já que estamos a falar de contos, querendo com esta simples palavra representar 1 milhão de uma dada unidade monetária; e dada a actual barafunda com os milhares de milhões de euros e de dólares e de outras moedas quejandas, talvez fosse útil ressuscitar a palavra conto e dizer 1 conto de euros -1 milhão de euros.

E assim se reduzia a nossa dúvida a 250.000 contos e toda a gente percebia.

c. Mas vamos então e finalmente falar nesta nova moeda de conta.

Só para relembra algumas datas da história do Brasil:

- 1624, os holandeses tomaram a Baía;
- 1645, começo da rebelião dos colonos portugueses do nordeste, auxiliados por corpos de exército constituídos por índios e negros.
- 1654, rendição do Recife e expulsão dos holandeses. Em 1643 o governador holandês, Conde João Maurício de Nassau, deixou o governo (que ocupava desde 1637) e retirou-se para a Holanda. A colónia judaica do Recife era nessa altura tão próspera, que se propôs comprar o palácio do Príncipe holandês para nele instalar a sinagoga. Ofereceu 6 toneladas de ouro pelo imóvel.

Segundo J. Lúcio de Azevedo*, 1 tonel de ouro representava 50.000 cruzados de prata ou seja 20.000\$000 reis, isto é, 20 contos de reis. Era pois o tonel de ouro a moeda de conta usada no Brasil na época da Restauração, para referir as grandes quantias.

Que me conste, a expressão nunca foi usada em Portugal.

Mas talvez derive daqui o termo popular e de calão, ainda hoje usado, para designar uma coisa muito cara: Custa uma pipa de massa.

* História dos Cristãos Novos Portugueses, Lisboa, 1975, Livraria Clássica Editora (1 a edição 1921).

“PIPA DE MASSA”

Jaime M. M. Ferreira

A **pipa** e o **tonel** eram duas medidas de capacidade de origem europeia, que em Portugal começaram a ser usadas durante a vigência do sistema de D. Afonso Henriques (†1185) e que mais tarde acabaram por generalizar-se a todo o país.

Pipa é uma unidade de medida de capacidade para líquidos, de origem europeia geralmente equivalente a meio tonel ou a 21 a 25 almudes. Na região demarcada mais antiga do mundo – a região do Douro – a sua capacidade é(era) de 550 litros.

As mais antigas referências ao *tonel* aparecem nos forais algarvios da segunda metade do séc. XIII (Gama Barros, s/d., pp. 68-69). Segundo uma *Postura* de Lisboa de 1318, o tonel devia comportar de 52 até 54 almudes (*Posturas de Almotaçaria*, p. 55; Seabra Lopes, 2000a, p. 609).

Na Madeira, a **pipa** denominada de embarque, por ser aquela de que se faz uso na exportação dos nossos vinhos, contém 418 litros, e a pipa denominada **carreteira**, 500 litros. O decreto n.º 5492 de 2 de Maio de 1919 fixou em 55 litros a quantidade de álcool necessário ao tratamento duma *pipa de vinho*, de 500 litros. (in *Elucidário Madeirense*, 2.ª ed., 1945)

Normalmente, a pipa valia meio tonel, ou de outro modo, o tonel valia 2 pipas ou c. 50 almudes.

Quanto ao *tonel de ouro*, conhecem-se algumas equivalências.

Segundo J. Lúcio de Azevedo, um *tonel de ouro* representava 50.000 cruzados de prata, isto é, 20.000\$000 réis, ou seja, 20 contos de réis.

O conde de Nassau, porém, não deu ouvidos a ninguém.

Quando se retirou, para fazer uma sinagoga de seu palácio,

afirma João Lúcio de Azevedo, a Santa Comunidade ofereceu por ele seis **tonéis** de ouro, isto é, 300 mil cruzados!

Um *tonel de ouro* equivalia na época do Brasil holandês ou Nova Holanda a 100.000 florins (da Holanda).

Com base nos valores anteriores e extrapolando na base de 1 pipa para ½ tonel, ou seja, 1 tonel equivalia a 2 pipas, o valor equivalente de uma **pipa** seria de 25.000 cruzados de prata (=10.000\$000 réis ou 10 contos de réis); e no Brasil holandês ou Nova Holanda, a **pipa** valeria 50.000 florins (da Holanda).

NOME	EQUIVALÊNCIAS	CANADAS	EQUIVALÊNCIAS (litros)
Tonel	2 pipas	600	840
Pipa	25 almudes	300	420
Almude ou Cântaro	2 potes	12	16,8
Pote	6 canadas	6	8,4
Canada	4 quartilhos	1	1,4
Quartilho	2 meios quartilhos	¼	0,35
Meio-quartilho	2 quartos de quartilho	⅙	0,175
Quarto de quartilho	—	1/16	0,0875

JF/2015

Pipa de Massa, na gíria popular designava assim uma grande quantidade de dinheiro; significa custar ou gastar um ror enorme de dinheiro, embora o quantificado do valor do gasto ou despesa não fosse indicado na gíria popular, reportava-se sempre a valores da ordem das dezenas de milhar de réis.

A expressão “pipa de massa” não faz sentido algum no Brasil, ou pouco sentido fazia; porém, já em Portugal é (era) utilizada para designar “muitíssimo dinheiro”. No mesmo sentido, ... “um “tonel de massa”, embora esta expressão seja usada menos vezes e não tenha bem o mesmo sentido e significado, ... significava ainda muito mais valor e/ou dinheiro em réis. Exemplo:

“... **senhores que ganham não uma pipa mas um tonel de massa para dizer coisas inteligentes,...**”

O termo “Pipa” além do significado aqui expresso, também se refere a pessoa gorda e baixa, ou a pessoa que bebe demais.

Contudo, em Portugal e na gíria popular ainda por vezes se costuma ouvir “uma pipa de massa”.

Bibliografia

- AZEVEDO, João Lúcio de (1978): *Épocas de Portugal Económico. Esboços de História,...*, 4.ª ed., Livraria Clássica Editora, Lisboa;
- BARROS, Dr. Henrique da Gama (1885/1922): *História da Administração Pública em Portugal, nos séculos XII a XV*, vols. I-V, ed. IN, Lisboa;
- SEABRA LOPES, Luís (2000): *Medidas portuguesas de capacidade: duas tradições Metrológicas em confronto durante a Idade Média*, in *Revista Portuguesa de História*, n.º 34, Lisboa;
- SILVA, Fernando Augusto da e, MENESES, Carlos Azevedo (1945): *Elucidário Madeirense*, 2.ª ed., Funchal.
- VIRGÍNIA RAU, e Maria Fernanda Gomes da Silva (1956): *Os manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval*, vol. 1, ed.. Universidade de Lisboa. ■

VIDA ASSOCIATIVA

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO REFERENTE AO ANO DE 2014

Nos termos da alínea o) do nº 2 do Artº 26º dos Estatutos, submetem-se à aprovação da Assembleia Geral, convocada para o efeito, o Relatório e Contas, referente ao exercício de 2014. E o Orçamento de Receitas e Despesas para 2015.

RELATÓRIO

1. INTRODUÇÃO

O ano de 2014 foi absolutamente excepcional na história já de 41 anos da ANP. Tivemos três Direcções, por curtos períodos de tempo, cada uma com as suas características:

- a) Em primeiro lugar, a Direcção que cessou em fins de Março a sua permanência de longos anos, deixou a Associação numa situação muito difícil: dívidas a Sócios, contabilizadas em € 48.000, pouco dinheiro em caixa, existências sobrevalorizadas, nenhum controlo nos pagamentos e despesas contratadas e excesso de pessoal de secretaria.
- b) Em segundo, uma Direcção intermédia que durou cerca de quatro meses, que não veio a actuar no sentido do saneamento necessário e que veio a culminar com a sua demissão, alegando incompatibilidades com a Mesa da Assembleia Geral.
- c) Durante o período em que a esta Direcção ficou demissionária, ou seja, até final de Setembro, foi a constante e decidida actuação dos associados Eng. Costa Magro (presidente da Mesa da Assembleia Geral) e Dr. Mendes de Almeida (Membro do Conselho Fiscal) que permitiram, através do respectivo trabalho e orientação, nomeadamente, a continuidade das Permutas, os reembolsos aos sócios credores, a inventariação de existências e património, a triagem de publicações e limpeza de material desnecessário. Houve que recorrer à cedência de activos em stock para, tão rapidamente quanto possível, pagar dívidas e readquirir a confiança dos associados, de modo que, para 2015, o valor em débito ficou pelos € 6.000. Neste período foram recolhidos dezenas de quilos de sucata (incluindo moedas) que foi vendida e procedeu-se à limpeza dos quintais e dos apartamentos vagos, no que foi dispendida a verba de 1360 euros. Tomaram também a decisão de contratar os serviços de um Técnico Oficial de Contas (TOC)
- d) Por último, em 9 de Outubro, foi eleita a actual Direcção que no seguimento do saneamento que vinha a ser feito, digamos, pela comissão provisória de gestão, se empenhou em várias actividades, nomeadamente:

arrumação da casa – cancelamento de contratos desnecessários com os fornecedores

angariação de fundos

redução de despesas (pessoal; seguros; contratos de água e luz; correio; etc.)

insistência na cobrança de quotas (depósito em conta; débito direto)

inventariação e valorização de existências (acervo museológico de moedas e medalhas; publicações para cedência e biblioteca da ANP)

ASSOCIAÇÃO NUMISMÁTICA DE PORTUGAL

2. COMEMORAÇÃO DO XXXXI.º ANIVERSÁRIO DA ANP

O almoço comemorativo do 41.º aniversário da ANP ocorreu no dia 22 de Novembro, no Restaurante Nezy em Almada. Compareceram 27 sócios e familiares, tendo decorrido num são ambiente de convívio e confraternização. O presidente da Direcção agradeceu a presença de todos e manifestou a confiança no futuro da Associação e na resolução dos problemas do momento. Houve oportunidade de intervenções de vários associados que manifestaram a respectiva opinião.

2. CONTAS

a) Conforme determinam os Estatutos, encontram-se afixados os mapas demonstrativos do **BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS e BALANÇETES de 2014 e ORÇAMENTO para 2015.**

b) **AGRADECIMENTO** – A Direcção da ANP agradece a colaboração e empenhamento dos elementos dos restantes Corpos Sociais – Mesa da Assembleia Geral e Conselho Fiscal – e da Comissão de Permutas que permitiu geral receitas e promover uma forte redução do passivo da nossa associação.

c) Resultado das Permutas e Listas em 2014

Permuta 132 (Janeiro)	4.730,15
Permuta 133 (Abril)	3.065,20
Lista 9000 nº 1	149,35
Permuta 134 (Setembro)	5.047,90
Permuta 135 (Dezembro)	5.651,90
Lista 9000 nº 2	119,70
	=====
	18.764,20

d) Balanço em 31 de Dezembro de 2014

(Documento Anexo)

e) Demonstração dos Resultados por naturezas / 2014

(Documento Anexo)

f) Proposta de Orçamento de Exploração para 2015

Proposta Orçamento de Exploração para 2015	
	Saldo inicial 13.230,00
Receita 135ª Permuta (2014+ List9000 nº2)	5.651,90
	Total Saldo 18.881,90
Receitas	
Receita Lista de permuta (125 X 2)	250,00
quotizações dos sócios (230X €35)	8.050,00
receitas das permutas (4.000 X 4)	16.000,00
arrendamento	240,00
juros depósitos	35,00
	Sub Total 24.575,00
Receitas Extraordinárias	
Alienação de publicações aos sócios	400,00
Alienação de moedas aos sócios	600,00
Distribuição Catál. Alberto Gomes (30X40)	1.200,00
	Sub Total 2.200,00
	Total Receitas 26.775,00
Despesas	
Encargos com pessoal	
a) Sr. Orlando	
vencimento funcionário (960 x 14)	13.440,00
subsídio refeição (110X11)	1.210,00
segurança social (219,43X14)	3.072,02
seguro acidentes trabalho	260,00
passse Lisboa (35X11)	385,00
	Subtotal 18.367,02
a) Limpeza	
vencimento funcionária (100X12)	1.200,00
	Subtotal 1.200,00
	Subtotal Pessoal 19.567,02
Encargos diversos	
Despesas de manutenção edifício	600,00
Pagamento a sócios	6.000,00
Revista (€700 x 2 ano)	1.400,00
Aquisição de Publicações	300,00
EDP	1.020,00
Epal	230,00
Comunicações	840,00
Despesas de Correio	350,00
Alojamento da caixa de e-mail (.org)	100,00
IMI	587,79
seguro permutas	0,00
seguro incendios/recheio	189,58
produtos limpeza, mat. Escritório (papel, tinteiros, etc)	300,00
Contrato manutenção software site ANP	1.200,00
Despesas TOC (120 + IVA X 12)	1.771,20
	Subtotal Outros 14.888,57
	Total Despesas 34.455,59
	Saldo Exercício 2015 -7.680,59
	Saldo a transportar 11.201,31



ASSOCIAÇÃO NUMISMÁTICA DE PORTUGAL

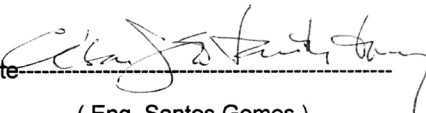
Associação Cultural e Científica - Instituição de Utilidade Pública

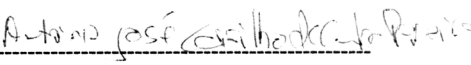
Rua Angelina Vidal, 40 r/ch 1170-020 Lisboa
Tel / Fax 218125142 anpgeral@anumismatica.org.pt

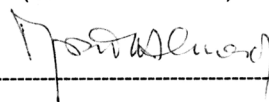
g) Parecer do Conselho Fiscal / 2014

O Conselho Fiscal reunido na sede da Associação Portuguesa de Numismática, Rua Angelina Vidal, 40 R/chão em Lisboa, no dia 18 de Março de 2015 pelas 15H00, após exame de toda a documentação que lhe foi presente e de ter recebido todos os esclarecimentos que solicitou, deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária a aprovação do Relatório e Contas de 2014, apresentado pela Direção e também que o resultado negativo seja levado à conta de resultados transitados.

O Conselho Fiscal,

Presidente 
(Eng. Santos Gomes)

Vogal 
(Cor. Cunha Pereira)

Vogal 
(Dr. Mendes de Almeida)

ASSOCIAÇÃO NUMISMÁTICA DE PORTUGAL

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (Modelo para ME)

De Dezembro até Dezembro

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
		2014	2013
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....		30 348,76	50 014,27
Subsídios à exploração.....			
Variação nos inventários da produção.....			
Trabalhos para a própria entidade.....			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....		(30 348,76)	(43 876,40)
Fornecimentos e serviços externos.....		(21 162,87)	(16 250,81)
Gastos com o pessoal.....		(18 128,90)	(17 415,83)
Imparidade (perdas/reversões).....			
Provisões (aumentos/reduções).....			
Outros rendimentos e ganhos.....		13 143,37	31 243,75
Outros gastos e perdas.....		(18 183,92)	(587,79)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(44 332,32)	3 127,19
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(44 332,32)	3 127,19
Juros e rendimentos similares obtidos.....		7 114,68	248,30
Juros e gastos similares suportados.....			
Resultado antes de impostos		(37 217,64)	3 375,49
Imposto sobre o rendimento do período.....			
Resultado líquido do período		(37 217,64)	3 375,49
		(4 909,08)	,00

A Gerência: *Al. Colares* *YVES*

O Técnico de contas: _____

**JOÃO MANUEL
 DAS NEVES BASTOS
 TÉCNICO OFICIAL
 DE CONTAS N.º 32810**

João Manuel

BALANÇO INDIVIDUAL
DEZEMBRO 0

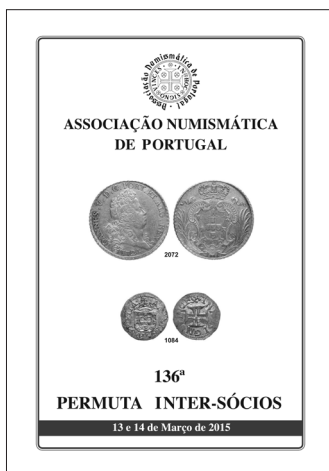
RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		EXERCÍCIOS	
		2014	2013
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis.....		200 160,00	200 310,00
Activos intangíveis.....			
Investimentos Financeiros.....		31 565,00	21 000,00
Accionistas/sócios.....			
		231 725,00	221 310,00
Activo corrente:			
Inventários.....		24 135,24	49 006,00
Clientes.....		4 875,00	3 475,35
Estado e outros entes públicos.....		1 700,02	
Diferimentos.....			
Outros activos correntes.....		6 471,29	58 100,00
Caixa e depósitos bancários.....		14 653,57	31 622,12
		51 635,12	142 203,47
Total do Activo.....		283 360,12	363 513,47
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital realizado.....			
Outros instrumentos de capital próprio.....			
Reservas legais.....			
Outras reservas.....			
Resultados transitados.....		313 744,44	310 368,95
Outras variações no capital próprio.....			
Resultado líquido do período.....		(37 217,64)	3 375,49
Total do capital próprio.....		276 526,80	313 744,44
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões.....			
Financiamentos obtidos.....			
Outras contas a pagar.....			
Passivo corrente:			
Fornecedores.....			
Estado e outros entes públicos.....		697,03	855,83
Diferimentos.....			
Outros passivos correntes.....		6 136,29	48 913,20
		6 833,32	49 769,03
Total do passivo.....		6 833,32	49 769,03
Total do Capital Próprio e de Passivo.....		283 360,12	363 513,47

A Gerência: B. L. S. [assinatura]

O Técnico de contas: _____

**JOÃO MANUEL
DAS NEVES BASTOS
TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 32810**

[assinatura]

136.ª PERMUTA DA A.N.P.

Nos dias 13 e 14 de Março passado, realizou-se a 136.ª Permuta da Associação, em que mais de 250 lotes foram licitados nas diversas categorias; desdobrou-se por duas sessões.

Tal como as anteriores, esta Permuta, aliás como a 137.ª, foi organizada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral da A.N.P., Eng. Francisco da Costa Magro, cuja dedicação e empenho a Direcção agradece e reconhece.

Destacam-se a seguir os lotes que obtiveram melhor licitação em sala (o Preço Base é assinalado quando isso ocorreu):

- **Moedas Gregas** – Nenhum lote merece destaque.
- **Moedas Ibéricas** – Nenhum lote merece destaque.
- **Moedas Romanas (República):**
 - Júlio César (Lote 12, denário) -> 300 €;
 - Octávio (Lote 13, denário descentrado) -> 245 €;
- **Moedas Romanas (Império):**
 - Elagabalo (Lote 22, denário) -> 30 € (P. base);
 - Julia Maesa (Lote 29, denário) -> 40 € (P. base);
 - Julia Mamea (Lote 36, denário) -> 40 € (P. base);
- **Moedas Árabes – Califado de Córdoba**
 - Abd-Al-Rahman III (Lote 59, direme) -> 20 € (P. base);
- **Moedas Portuguesas (Monarquia):**
 - D. Afonso Henriques (Lote 1001, dinheiro) -> 1325 €
 - D. Dinis (Lote 1010, dinheiro) -> 55 €
 - D. Fernando (Lote 1018, grave) -> 88 €

- D. Fernando (Lote 1020, grave) -> 170 €
 - D. Fernando (Lote 1026, ½ tornês atípico) -> 350 € (P. base);
 - D. João I (Lote 1038, real de três e meia libras) -> 55 €
 - D. Afonso V (Lote 1055, vintém AR) -> 50 € (P. base);
 - D. Afonso V (Lote 1056, cruzado AV) -> 1700 €
 - D. Sebastião (Lote 1078, tostão AR) -> 200 €
 - D. António (Lote 1084, Tostão AR c/ obliterações) -> 3.500 €
 - D. Filipe III (Lote 1087, ½ Tostão AR) -> 150 €
- o **Moedas Portuguesas (Monarquia, cunhagem mecânica):**
- D. Pedro, Príncipe Regente (Lote 2001, 2 vinténs AR) -> 50 €
 - D. Pedro, Príncipe Regente (Lote 2002, Quartinho 1681 AV) -> 2200 € (P. base);
 - D. João V (Lote 2023, V réis 1713, Æ) -> 125 € (P. base);
 - D. João V (Lote 2033, X réis 1713, Æ) -> 100 €
 - D. João V (Lote 2035, X réis 1726, Æ) -> 185 € (P. base);
 - D. João V (Lote 2054, Pinto 1743, AV) -> 150 € (P. base);
 - D. João V (Lote 2054, Pinto 1722, AV) -> 175 € (P. base);
 - D. João V (Lote 2060, Pinto 1738, AV) -> 150 € (P. base);
 - D. João V (Lote 2064, ½ Moeda 1726M, AV) -> 2900 €
 - D. João V (Lote 2067, Escudo 1724, AV) -> 800 €
 - D. João V (Lote 2068, ½ Peça 1734, AV) -> 1.400 €
 - D. José (Lote 2079, 12 vinténs 1753I) -> 100 €
 - D. José (Lote 2084, cruzado 1763, AV) -> 300 €
 - D. José (Lote 2090, Escudo 1751, AV) -> 400 € (P. base);
 - D. José (Lote 2091, Peça 1771 R, AV) -> 700 € (P. base);
 - D. Maria I e D. Pedro III (Lote 2097, Pinto 1783, AV) -> 230 € (P. base);
 - D. Maria I e D. Pedro III (Lote 2099, ½ Escudo 1784, AV) -> 280 € (P. base);
 - D. Maria I e D. Pedro III (Lote 2104, Peça 1780, AV) -> 740 € (P. base);
 - D. Maria I (Lote 2114, cruzado 1794, AR) -> 140 €
 - D. Maria I (Lote 2116, ½ Peça 1789, AR) -> 1600 €
 - D. João Príncipe Regente (Lote 2128, Peça 1812) -> 875 €
 - D. João VI (Lote 2138, ½ Peça 1818, AV) -> 1.500 € (P. base);
 - D. Miguel (Lote 2151, 12 vinténs 1830, AR) -> 300 €;
 - D. Miguel (Lote 2152, cruzado 1832, AR) -> 360 € (P. base);
 - D. Miguel (Lote 2153, ½ Peça 1831, AR) -> 1800 € (P. base);
 - D. Maria II (Lote 2158, cruzado 1833, AR) -> 160 €
 - D. Maria II (Lote 2177, 1000 réis 1851, AV) -> 215 €
 - D. Pedro V (Lote 2185, 1000 réis 1855, AV) -> 140 € (P. base);

- D. Luís (Lote 2202, 5000 réis 1862, AV) -> 315 €
- D. Luís (Lote 2203, 5000 réis 1867, AV) -> 320 €
- D. Luís (Lote 2209, 5000 réis 1878, AV) -> 320 €
- D. Carlos (Lote 2220, 100 réis 1893, AR) -> 45 € (P. base);
- **Moedas Portuguesas – República**
 - Lote 3024 (AR, \$50 1916, Proof-like) -> 95 € (P. base);
 - Lote 3051 (AR, 5\$00 1932) -> 100 € (P. base);
 - Lote 3053 (AR, 5\$00 1937) -> 65 €
 - Lote 3061 (AR, 10\$00 1948) -> 60 €
- **Portugal Insular - Açores**
 - D. Luís (Lote 4004, 960 réis 1822 R, AR) -> 275 €
- **Portugal Ultramarino**
 - Angola:**
 - D. José (Lote 4006, 10 macutas AR, 1770) -> 600 €
 - Brasil:**
 - D. José (Lote 4032, 75 réis 1755 J-R, AR, 1770) -> 125 €
 - Índia:**
 - D. Manuel (Lote 4046, Soldo, CAL) -> 135 € (P. base);
 - D. João III (Lote 4048, Soldo, CAL) -> 154 €
 - D. Filipe III (Lote 4052, Tanga 1640, AR) -> 315 €
 - D. João Príncipe Regente (Lote 4058, Rupia 1807, AR) -> 185 €
 - Moçambique**
 - D. José (Lote 4064, 6 vinténs de D. João V, AR) -> 110 €
 - S. Tomé e Príncipe:**
 - D. João Príncipe Regente (Lote 4074, 20 réis 1816 36 p, Æ) -> 135 €
 - D. João Príncipe Regente (Lote 4079, 40 réis 1819 46 p, Æ) -> 50 €
 - Timor**
 - Lote 4089 (ALP, 20 avos 1945) -> 90 €
 - Ensaio e Provas**
 - Lote 6034 (AL, \$10 1969) -> 350 €
- **Notafilia - Notas de Portugal**
 - Lote 7016 (20\$00, 1946) -> 200 €
 - Lote 7018 (20\$00, 1954, 2 ex. n/ seguidos) -> 140 €
 - Lote 7038 (500\$00, 1938, Ch. 6) -> 950 € (P. base);
 - Lote 7039 (500\$00, 1942, Ch. 7) -> 150 € (P. base);
 - Lote 7046 (1000\$00, 1942) -> 150 € (P. base);
- **Bibliografia**
 - Lote 8005 (Banco de Portugal, *O Papel-moeda em Portugal*, 2 vols.) -> 50 € (P. base).

Sociedade Numismática Scalabitana

Palácio João Afonso
Rua Miguel Bombarda, 4 – r/c
2000-080 SANTARÉM

Excelentíssimo Senhor
Dr. Jaime Manuel Martins Ferreira
Rua das Tílias, 120 – r/c B
Jardins da Parede
2775-367 PAREDE

Santarém, 22 de Junho de 2015.

Cabe-me informar que a Assembleia Geral desta instituição, reunida no pretérito dia 19 de Junho, deliberou, por unanimidade, sob minha proposta, distinguir V. Exa. com um **Público Louvor**, enaltecendo, assim, a sua profícua dedicação à causa da Numismática.

Com as mais sinceras felicitações, apresento os melhores cumprimentos.

O Presidente do Conselho Directivo,



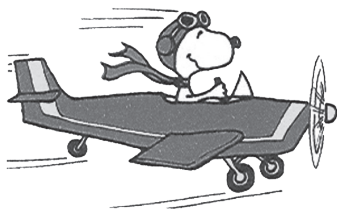
Prof. Doutor José Miguel Correia Noras

Conforme informação acima digitalizada, o Director da «NUMISMÁTICA» acaba de receber um “PÚBLICO LOUVOR” conferido pela Sociedade Numismática Scalabitana («S.N.S.») por proposta feita pelo Sr. Presidente da mesma, o Prof. Doutor José Manuel Correia Noras.

Ressalvando o título de “Dr.” que não possuo, pessoalmente, na qualidade de actual Director e em nome da Associação Numismática de Portugal («A.N.P.») venho agradecer a distinção agora feita.

A Ciência Numismática continua a ser para mim, agora sensibilizado, uma Ciência das Ciências.

Jaime M. M. Ferreira



PEDRO DIAS

COMPRA E VENDA NOTAS - MOEDAS

Apartado 5
2671-901 Loures

Telf.: (351) 96 4014539
Fax: (351) 21 9750788

E-mail: pedro_dias_5@hotmail.com



Vitor Manuel Leal

Compra e Venda de Moedas

leal.numis.b.a@sapo.pt
Tlm. 919 149 160

2080-901 Almeirim



Helder José Cardoso da Silva

Numismatic

*effective member of Portuguese Numismatic Association
primary evaluator & writer*

sale and purchase

Rua Cidade de Lisboa, 33 Br. Casalinho da Azenha 1675-006 Pontinha - Portugal (Lisbon)
Tel. 00351 969726706 Email: heldertaekwo@hotmail.com

INTERCÂMBIOS NUMISMÁTICOS VÁRIOS

No 1.º semestre de 2015, resultante do intercâmbio existente entre a Associação Numismática de Portugal e diversas instituições e entidades, recebemos as seguintes publicações (ofertas e intercâmbios), perto de 400 obras numismáticas ou afins, de diversos tipos, temas e línguas, que elencamos, e que a Associação agradece com toda a consideração:

a) NACIONAIS

- MUSEU DA MARINHA: *A Medalha Militar – Cento e Cinquenta Anos (1863-2013)*, ed. MM, Lisboa;
- CLUBE FILATÉLICO DE PORTUGAL (C.F.P.):
 - *Boletim do Clube Filatélico de Portugal*: n.º 445 (Set./2014); n.º 446 (Dez./2014); n.º 447 (Mar./2015);
 - **34.º Leilão**, ed. CFP, Jun., Lisboa, 06/06/2015;
- FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Coinbriga*, vol. LI, 2002;
- *História da Moeda em Portugal* (DVD, 118 min.), oferta do Sr. João António Dias;
- *JORNAL DO EXÉRCITO* – Ano LV - n.º 643 (Dez./2014); Ano LVI - n.º 646 (Mar./2015) e n.º 6/47 (Abr./2015; 2 ex.);
- LIVRARIA ECLÉCTICA – Dez./2014;
- *Moeda – A Máquina do Tempo – no Museu Pio XII – Exposição de Numismática & Notafilia, Mai./Set., 2014*, ed. Museu Pio XII (Museu de Arte Sacra e Arqueologia – Museu Medina), Braga – oferta do Sr. João António Dias;
- Revista *Al-Madan* (N.º 2, II.ª Série, Jul., 1993), do CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE ALMADA, onde consta o artigo “*ALMADA MINEIRA – Manufactureira e Industrial*”, e onde se fala de Adiça, adiceiros, etc.
- *Moedas Romanas* (Chaves, 2006), do Sr. Pizzaro Bravo (coleccionador e sócio da ANP);
- NUMISMA LEILÕES – Catálogos N.º 101 e 102 (*Moedas, Medalhas e Notas; e Moedas e Medalhas e Ouro*, respectivamente em 25/Fev. e 04/Jun. de 2015);
- NUMISMÁTICA LEILÕES – Catálogos N.º 11-I e 11-II (*Cédulas de Portugal, 3.ª Parte; e Coleção Alcáçovas*, respectivamente em 14/Mai. e 15 Mai. de 2015).

b) NACIONAIS – Da revista «MOEDA»

Na sequência da mudança das instalações da «MOEDA», para o Lumiar (Lisboa), a nossa congénere ofereceu-nos diverso material bibliográfico, em Março/2015, que se elenca mais abaixo:

b.1) Nacional

- 2015/01) **ALBERTO GOMES**
(1985/86): *Catálogo de bolso das Moeda Portuguesas – Sistema Decimal*, 1.^a ed., do Autor, Lisboa, 139 pp.;
(1991): *Moedas portuguesas – IV Dinastia – República, 1640-1990*, ed. do Autor, Lisboa, 235 pp.;
- 2015/02) **BATISTA DA SILVA, Carlos**
(1997): *João Duarte – Medalha Contemporânea*, ed. FIDEM?, Lisboa, 60 pp.;
- 2015/03) **BANCO CENTRAL EUROPEU**
(2002): *Euro, a nossa moeda*, ed. BCE, Frankfurt am Main, 20 pp.;
- 2015/04) **CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS** («C.G.D.»)
(2000?): *EURO – Dinheiro novo Vida nova!*, ed. CGD, 20 pp.;
- 2015/05) **GARCIA, Luís Pinto**
(1991): *Soldo Pré-leovigildiano*, ed. Cadernos de Numismática, Ver. «MOEDA», Lisboa, 1974, 16 pp.; (4 ex.)
- 2015/06) **HIPÓLITO, M. Castro**
(1986): *Achado monetário de Torre: Mais um caso modelar de Arqueologia numismática em Portugal*, ed. «MOEDA» (separata), Lisboa, 16 pp.; (5 ex.)
- 2014/07) **«MOEDA» (Revista)**
(1974): *Preçário de moedas (2)*, ed. da *Moeda*, 2.^a ed., Lisboa, 84 pp.;
(1989): *Preçário de moedas 1989*, ed. da *Moeda*, Lisboa, 80 pp.;
(2007): *Anuário de Numismática – 2007*, ed. «Moeda» (revista de Numismática), Lisboa, 224 pp.;
(2009): *Anuário de Numismática – 2009*, ed. «Moeda» (revista de Numismática), Lisboa, 256 pp.; (2 ex.)
(2013): *40 Anos da Revista «MOEDA» - Número Especial*, Vol. XXXVIII, n.º 1, Jan./Mar., Mar., 112 pp.; (2 ex.)
- 2015/08) **NND PUBLICAÇÕES**
(2009): *EURO5: Moedas e Notas, 1999-2009*, ed. NND Publicações, Lisboa, 390 pp.;
- 2014/09) **«NUMISMA LEILÕES»**
(1977): *Numisma – Primavera 77*, n.º 4, ed. Javier Salgado, 24 pp.;
(2003): *Moedas e Notas de Portugal – Coleção Monsanto*, ed. NVMISMA LEILÕES, Lisboa, 25-25/2003, Lisboa (Radisson S.A.A.), 72 pp.;
- 2014/10) **«NVMMS» (ed. SPN) – c/ ENC. Térmica;**
(1966): *N.º 28*, vol. VIII-3, ed. S.P.N., Dez./1966, Porto, pp. 123-192 (=70 pp.);

(1968): N.º 29-30, vol. IX-1 e 2, ed. S.P.N., Mai./196

b.2) Internacional

- 2015/01) **AMERICAN ISRAEL NUMISMATIC ASSOCIATION, INC.**
(1970): *SHEKEL (The)*, Vol. III, no. 3, ed. AINA, 32 pp., NY;
(1972): *SHEKEL (The)*, Vol. V, no. 5, ed. AINA, 32 pp., NY;
(1977): *SHEKEL (The)*, Vol. X, no. 5, ed. AINA, Sep./Oct., 32 pp., NY.
- 2015/02) **EKLUND, Ole P.**
(1962): *Copper Coins of Portugal*, reprinted from *Numismatist (The)*, Olympic Press, Salina, Kansas, Separata, pp. 29-56 (=27 pp.);
- 2015/03) **GACETA NUMISMÁTICA** (ed. A.N.E., BARCELONA)
(1974): N.º 33, Jun./74, 83 pp.;
(1991): N.º 102, III-91, 3.ª época, Sep./91, 77 pp.;
(1997): N.º 126, III-97, 4.ª época, Sep./97, 77 pp.;
- 2015/04) **JESUS VICO, S.A.**
(1993): *SUBASTA NUMISMATICA: En sala y por Correo*, ed. Jesus Vico, S.A., Madrid/Barcelona, 03/Mar., 76 pp.;
(1979): *SUBASTA N.º 114*, ed. Jesus Vico, S.A., Madrid, 07/Jun., 86 pp.;
- 2015/05): **LE CLUB FRANÇAIS DE LA MÉDAILLE**
(1979): *Bulletin N.º 54, 2.º Semestre*, Paris, 152 pp.;
- 2015/06) **REAL CASA DE LA MONEDA**
(2010): *Las Monedas conmemorativas de Real Casa de la Moneda, 1989-2010*, ed. *Real Casa de la Moneda (?)*, Madrid, 262 pp.;
- 2015/07) **GUERRA, Hnos.**
(2000): *Catalogo de las Monedas españolas desde Isabel II a Juan Carlos I, 1833-1999 – Billetes – Carlos III a Juan Carlos I, 1783-1999*, ed. do Autor, Zaragoza, 197 pp.▪

c) **NACIONAIS** - Do Eng. Parcídio Gomes Mota

Em Abril de 2015 e do Sr. Eng. Parcídio Campos Matos, **sócio da A.N.P.**, recebemos a **colossal doação** de 356 catálogos internacionais (da Künker, da Stack's, KRAUSE, da Bolaffi Aste, de Piero Chiglioneo, do Classical Numismatic Group, de Ira & Larry Golberg Auctioneers, Ponterio & Associates, Inc., da U.B.S., etc.). Não é engano! São mesmo 356 catálogos internacionais distribuídos por diversos países (Alemanha, E.U.A., França, Holanda, Itália, Suíça, etc.), doados pelo Eng. Parcídio Campos Matos, e que se encontram já descritos e catalogados na Associação (mais de 25 mil páginas). Dada a extensão da oferta, que por questões de espaço não descrevemos aqui ao pormenor, não podemos porém, deixar de apresentar um quadro onde se fica com uma ideia do que se disse.

**QUADRO GERAL SÍNTESE - CATÁLOGOS OFERECIDOS
PELO SR. ENG. PARCÍDIO CAMPOS MATOS, EM ABRIL DE 2015**

PAISES	LOTES		
	Lote 1	Lote 2	Lote 3
O ALEMANHA	—	62	140
O AUSTRIA	—	4	—
O DINAMARCA	—	3	—
O E.U.A.	39	8	—
O FRANÇA	—	4	—
O HOLANDA	—	22	—
O INGLATERRA	—	11	—
O ITÁLIA	28	—	—
O SUIÇA	—	15	—
O SUIÇA-INGLATERRA	—	19	—
Total Geral (lote 1)	67	—	—
Total Geral (lote 2)	—	149	—
Total Geral (lote 3)	—	—	140
TOTAL GERAL (lote 1, 2 e 3)	356 Catálogos		

JF/JUNHO2015

d) INTERNACIONAIS

- ASSOCIAÇÃO FILATÉLICA E NUMISMÁTICA DE BRASÍLIA (A.F.N.B.)
— Boletim n.º 83, Abr./Jun., 2014;
- **Asociación Numismática Española (ANE)?**
- ÁUREO & CALICÓ (Barcelona)
— *Subasta Pública (Monedas, Medallas, Notas)*, 05/02/2015;
— *Subasta Numismática exclusivamente por Correo*, 12/03/2015;
- H. BALDWIN & SONS LTD.
The New York Sale: Ancient Greek, Roman and Byzantine Coins – Auction XXXIV, 6/Jan. 2015;
- JEAN ELSEN & ses Fils S.A.:
Catalogue - Liste 271, Jan./Mars, 2015;
Vente Publique 124 - 14/Mars/2015, Bruxelles, 261 + *Table de matières*;
Vente Publique 125 - Collection Docteur Jacques Marneffe // Collection Jean-Marie Chouters // Collection Henri Pottier, Bruxelles, 13/06/2015;
- JEAN VINCHON: *Catalogue de Numismatique* – 08/Juin/2015, Paris;
- SOCIEDADE NUMISMÁTICA BRASILEIRA (S.N.B.):
— Catálogo e Encontro Especial, 27-28/Mar., 2015;
— Reprodução fac-similada da «Revista Numismática» N.º 1 (órgão da S.N.B. – São Paulo), referente ao Ano I, n.º 1, S. Paulo, 1933.■

OUTROS ACONTECIMENTOS E REALIDADES NUMISMÁTICAS

Dada a grande extensão de temas que vertemos no corrente número, viajando da Idade Média até aos nossos dias, não nos é possível alargar as novidades, notícias e acontecimentos de que gostaríamos de falar com maior profusão.

Não obstante, não podemos deixar de registar o seguinte:

- O lançamento do trabalho do Sr. João Dias (“conhecido nos meios numismáticos com “Toninho Mantorras”), sobre o grande achador de tesouros e numismata que é o Dr. P.º Parente, que está previsto para 26 de Setembro próximo. Esta iniciativa foi e continua a ser apoiada pela A.N.P. Trata-se do lançamento de um CD nos moldes do 1.º lançado sobre a «História da Moeda», e que desejamos divulgar e que tenha sucesso.
- Mencionamos com agrado o leilão da Livraria Luís Burnay (24/Fev./2015), onde vários lotes eram de livros numismáticos ou relacionados com a Numismática, Medalhística, ou afins, numa enorme variedade e qualidade.
- São de mencionar aqui os importantes leilões registados pela «NUMISMA LEILÕES» (04/Jun./2015 e 25/Fev./2015) e pela «NUMISMÁTICA LEILÕES» (14 e 15/Mai./2015).

Além das PERMUTAS da A.N.P., também destacamos as permutas da S.P.N. (Jun./2015) e da A.P.C.P.V. (29/Mai./2015).

- Destacamos o grande sucesso que está a ter a comercialização da moeda dedicada ao «FADO» (2,50 €) cunhada pela INCM nas versões BNC e FROOF (AR 925‰, Ø 28 mm, 12 g, 2.500 ex.). É a primeira moeda da série alusiva ao Património Cultural Imaterial da Humanidade com origem em Portugal, da autoria da jovem escultora Andreia Pereira.

Por último, não podemos esquecer o crescente interesse em publicitar anúncios na «NUMISMÁTICA» por parte de diversas casas e comerciantes ligados ao coleccionismo e à Numismática. Tais anúncios são bem-vindos pois dispersam e divulgam o mundo numismático, e por que também permitem consolidar a continuidade da nossa revista, e assumir outras iniciativas, contactos e realizações.

Estas realidades e acontecimentos que não são únicos, evidenciam que a Numismática continua viva e pujante nas suas diversas vertentes, preenchendo o campo e desejos de comerciantes, numismatas e coleccionadores que se dedicam a esta verdadeira “Ciência Universal”. A crise ou a sua manutenção, as convulsões políticas, económicas e financeiras ou outras, que o país atravessa ou atravessou consoante os quadrantes interpretativos que se façam, não são suficientes para erradicar o “bichinho numismático” que mora em muitos de nós.

J. F.



Numismática Salmito

**COMPRA E VENDE MOEDAS E CÉDULAS
BRASILEIRAS DE TODAS AS ÉPOCAS**

Rua Matias de Albuquerque, 223 - SL/303 - CEP: 50010-090 - Recife/PE
Celular: 0055-81-9978-4381 - Fone: 0055-81-3225-1854 - fsalmito@hotmail.com



COLECCIONISMO E PAIXÕES, LDA de: José Carlos e Ricardo

Vasta variedade de artigos de colecionismo desde a
numismática ao modelismo agora em:

www.coleccionismoepaixoes.com

Av. Professor Egas Moniz, n.º 2 - 1º B • 2800-064 Almada
Tlm. 916 612 921 - 933 609 456
Email: geral@coleccionismoepaixoes.com

FILMOEDAS

COMPRA • VENDE

CASA ESPECIALIZADA EM RARIDADES

MOEDAS - NACIONAIS, ESTRANGEIRAS E DE INVESTIMENTO

EM TODOS OS TIPOS DE METAIS

NOTAS - PORTUGAL E EX-COLÓNIAS

MEDALHAS - ATÉ 1910 OU EM METAIS NOBRES

CÉDULAS E POSTAIS ANTIGOS



Rua da Madalena, 189 • 1100-319 Lisboa
Tel.: 218 878 317 Fax: 218 822 250
filmoedas@hotmail.com

Caro associado dê um passo em frente, não se deixe atrasar; ainda há cerca de 100 sócios que não liquidaram a quota de 2015. NIB 0036 0012 9910 0085 6824 7.

MEDALHAS DA A.N.P. À VENDA

Medalha do I Congresso Nacional de Numismática – € 10,00;

Medalha comemorativa do X Aniversário – € 10,00

Medalha do III Congresso Nacional de Numismática – € 40,00

Medalha comemorativa do XX Aniversário – € 10,00

Medalha do IV Congresso Nacional de Numismática – € 10,00

Medalha comemorativa do XXV Aniversário – € 10,00

Medalha do V Congresso Nacional de Numismática // I Luso-
-Brasileiro de Numismática – € 10,00

Medalha comemorativa do XXX Aniversário – € 10,00

oooOooo

NOVOS Preços da Publicidade – ANÚNCIOS

As páginas da «NUMISMÁTICA» estão à disposição dos nossos consócios para a publicação de anúncios, segundo a tabela seguinte:

— Inserção na contracapa (duas edições/ano) – € 70

— Inserção de página interior (duas edições/ano) – € 60

— Inserção de 1/2 página interior (duas edições/ano) – € 30

— Inserção de 1/4 página interior (duas edições/ano) – € 15

Nota: Entrega de logo em formato digital, ou composição em PDF nos formatos seleccionados.

Apresentamos as nossas flores de cunho

gravadas com descontos exclusivos para numismatas



lentes de contacto e líquidos



óculos de sol



armações e lentes oftálmicas

Oferta válida nas lojas

Aveiro
Av. João XXI, 12 A/B
Querra Junqueiro
Mem Martins
Parade
Matra

Av. Querra Junqueiro, 5-c
Estrada da Mem Martins, 279
Rua Miguel Bombarda, 393B
Terreiro D. João V, 39-R/C

Tel. 218 485 610
Tel. 218 032 924
Tel. 219 202 121
Tel. 214 587 235
Tel. 261 813 232



MULTIOPTICAS

Nº 1 EM SERVIÇOS ÓPTICOS